



PLANO MUNICIPAL PARA PRIMEIRA INFÂNCIA MACAPARANA - PE

2022 - 2032

PLANO PARA PRIMEIRA INFÂNCIA DE MACAPARANA

Paulo Barbosa da Silva
Prefeito

Gilvan Ribeiro de Andrade
Vice-prefeito

Élcio Antônio Borba de Oliveira
Secretário de Finanças

Maria do Socorro Nascimento Silva
Secretária de Assistência Social

Irene Rodrigues de Moura Nascimento
Secretária Municipal de Educação

Maria do Amparo da Silva Gomes
Secretária Adjunta de Educação

Aline Sheilla Cabral Silva Nascimento
Secretária Municipal de Saúde

Ana Glória Travassos de Moraes Oliveira
Diretora de Ensino

Gilvanise Maria do Nascimento Costa
Presidenta do COMDICA

COMISSÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA

SAÚDE

Érika Rodrigues Maciel
Polyana karla Francisca da Silva Albuquerque

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Alayde Muniz Dias Neta
Kassiane Faustino Florêncio

CONSELHO TUTELAR

Maria Elizabeth Ribeiro da Silva Mendes
Severino do Ramo da Silva

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Iolanda Mendonça de Santana

CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Nivânia Ferreira da Silva

REPRESENTANTES DO BAE (Busca Ativa Escolar)

Severino Flávio Pereira do Nascimento

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Dulcinéa Araújo da Silva
Janaína Ferreira da Silva (Articuladora Municipal Selo UNICEF)

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

José Miguel da Silva Filho
Mízia Tavares Maciel

GESTORES ESCOLARES

Alba Valéria Borba Pereira da Silva
Maria de Fátima Cavalcanti de Andrade

CÂMARA DE VEREADORES

José Irailton de Santana
José Paulo Medeiros da Silva
Pedro de Moraes Vieira

SECRETARIA DE CULTURA

Gracinete Monteiro da Silva
Irailton de Andrade Silva

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Mauriceia Gomes da Silva

ONGS

Adilson Carlos Vasconcelos Ferraz

REPRESENTANTES DE PAIS

Eliacilene Alves de Souza
Bruna da Silva Barbosa

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES

Nadéji Neves da Silva
Sueli Ferreira da Silva Borba

REPRESENTANTES DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL

Emerson Ricardo da Silva Leite
Enzo Gabriel da Silva Leite

REPRESENTANTES DAS IGREJAS

Ana Cláudia Dias
Marivânia Freire da Silva Melo

EQUIPE TÉCNICA

Akécio Antônio da Silva Pereira
Felipe Manoel Pereira da Silva
Jô Noé Noé de Almeida Moura

COLOBADORES

Iraide Alves Moraes
Geresa Maria de Andrade Silva
Juliana Carla da Purificação
Marilene de Andrade Lima
Raquel de Albuquerque Barbosa
Raquel Daniele da Silva
Thaís Monara Bezerra

REGISTRO DE GRATIDÃO

À Deus pelo dom da vida, ao Prefeito Paulo Barbosa, à toda comissão envolvida com a construção e posterior execução do Plano Municipal pela Primeira Infância de Macaparana.

SUMÁRIO

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PMPI

APRESENTAÇÃO.....	05
1. INTRODUÇÃO.....	08
2. DIAGNÓSTICO.....	11
3. CONTRIBUIÇÕES DA CONSULTA PÚBLICA.....	13
3.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS PARTICIPANTES.....	14
3.1.1 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.....	16
3.1.2 PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL (PAB)	17
3.1.3 PERFIL DAS CRIANÇAS NO CADÚNICO.....	17
3.1.4 CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA E O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)	18
3.2 RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA.....	18
3.2.1 PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS.....	19
3.2.2 ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – COBERTURA POPULACIONAL.....	21
3.2.3 PROGRAMA DE IMUNIZAÇÃO MUNICIPAL.....	21
3.2.4 PREMATURIDADE E BAIXO PESO AO NASCER.....	23
3.2.5 ESCOLARIDADE MATERNA.....	25
3.2.6 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA DANI E BETE.....	26
3.2.7 CONSULTAS DE PRÉ-NATAL E INÍCIO ADEQUADO DO PRÉ-NATAL.....	27
3.2.8 TIPOS DE PARTO: CESÁREA E NORMAL.....	30
3.2.9 NÚMERO DE NASCIDOS VIVOS.....	30
4. CONCEITOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES QUE BALIZAM O PRIMEIRO PLANO DECENAL PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA DO MUNICÍPIO DE MACAPARANA.....	30
4.1 MARCO LEGAL SOBRE A PRIMEIRA INFÂNCIA.....	30
4.2 A PRIMEIRA INFÂNCIA COMO PRIORIDADE ABSOLUTA.....	34
4.3 O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA.....	37
5. EIXOS ESTRATÉGICOS.....	41
6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES E DOS RESULTADOS DO PMPI.....	58
ANEXOS.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	74

Desenhos produzidos durante consulta com alunos de 4 e 5 anos da rede pública de educação infantil da Creche Vovó Santina e da Escola Municipal Governador Moura Cavalcanti entre os dias 24 de agosto à 15 de setembro de 2022.



ESCOLA



JOÃO LUCAS DA SILVA
João Lucas da Silva



APRESENTAÇÃO

“Brincar é muito bom porque se diverte com os amigos e os brinquedos.”

João Lucas da Silva, 6 anos - Escola Mun. Gov. Moura Cavalcanti.

É com este sentimento, que iniciamos a apresentação do Primeiro Plano Decenal para a Primeira Infância de Macaparana. O pensamento expresso pela criança revela a importância do brincar, bem como, o quanto é imprescindível a socialização e convivência com o mundo ao seu redor. Esse contato com outras crianças proporciona novas aprendizagens, troca de conhecimentos, fortalecimento de valores, e principalmente o desenvolvimento cognitivo em seus estágios de desenvolvimento.

Brincar para uma criança é mergulhar no mundo do entretenimento, do faz de conta, e emergir para um mundo real, repleto de transformações, onde é necessário aprender a ser e conviver com os diferentes, e esta é uma realidade contemporânea, portanto, precisamos fazer da primeira infância de nosso município uma prioridade.

A Construção desse Plano teve início em junho de 2022 com uma reunião intersetorial realizada no auditório do Centro Social Urbano de Macaparana que direcionou e lançou o Marco Legal para a Primeira Infância em Macaparana, simbolizando o compromisso efetivo e afetivo da gestão do Prefeito Paulo Barbosa com a causa das crianças e adolescentes de nossa cidade.

A partir daí, o Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente de Macaparana – COMDICA, no cumprimento de suas atribuições legais e constitucionais, convocou em conjunto com as demais Secretarias Institucionais do município com políticas públicas voltadas para a Primeira Infância, um chamamento aos diversos atores do Sistema de Garantia de Direitos para a importante tarefa de iniciar um diálogo que resultasse na elaboração desse Plano Decenal para a Primeira Infância com vigência de 2022 a 2032.

O início da sua vigência está demarcado pelos os trâmites legais que ainda serão percorridos para a aprovação na Câmara de Vereadores e sanções do Chefe do Executivo Municipal. No entanto é importante registrar que, mesmo sem a

existência de um Plano Municipal para a Primeira Infância, a gestão municipal vem ao longo do seu mandato, executando ações, programas e atividades voltadas essencialmente para esse público, dentre eles, salientamos o Programa Mãe Coruja, a ampliação do atendimento em creches e pré-escolas, caracterizando a universalização de acesso ao ambiente escolar. Ressalta-se, do mesmo modo, a realização de eventos, tais como a Semana do Bebê, Conferências e Fóruns Municipais destinados à Primeira Infância, Forum Municipal de prevenção e enfrentamento a obesidade infantil etc.

Para elucidar a participação e contribuição desses atores, o COMDICA deliberou a criação de uma comissão composta de representações institucionais, tendo como principal tarefa a promoção de discussões e eventos para qualificação e norteamento das intervenções políticas, no que se refere à defesa da Primeira Infância na cidade de Macaparana.

Esta comissão foi composta por conselheiros (as) do COMDICA, na área governamental, através das secretarias municipais, a saber: Secretaria de Planejamento e Gestão; Secretaria de Ação Social; Secretaria de Saúde; Secretaria de Educação; representação da Câmara de Vereadores de Macaparana, representação dos Conselheiros Tutelares de Macaparana, designados pelo seu colegiado; e organizações não governamentais representantes da sociedade civil, em especial, o Instituto Semeador.

Ao passo que as discussões foram se aprofundando, outros atores foram se incorporando e, dessa forma, enriquecendo os debates, os fóruns, seminários, escutas e as rodas de conversas. A consolidação desse Plano Decenal Municipal para a Primeira Infância revela dados muito importantes sobre a realidade de nossas crianças, expostos a partir do diagnóstico elaborado com a base de dados dos sistemas de informações sobre mortalidade e sistema de informação sobre nascidos vivos, somadas aos dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, o IBGE, Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização e de outras fontes e plataformas oficiais pesquisadas.

A escuta às pessoas de variadas categorias profissionais, níveis de escolaridade e diversas camadas sociais que têm como matéria-prima de sua atuação crianças de 0 à 5 anos, ofereceu subsídios importantes para aferição das presenças e

ausências de equipamentos públicos à disposição da população infantil e que contribuem totalmente na construção da personalidade dos futuros cidadãos desta cidade.

Importante destacar que, na composição deste Plano decenal, existe um capítulo específico sobre as consultas realizadas, com contribuições coletadas da população macaparanense, para além das proposições dos representantes da comissão do Plano. Assim, a população foi oportunizada a se expressar e sugerir, o que entende como importante para ser disponibilizado na cidade, quanto às ações e/ou políticas públicas para a Primeira Infância das crianças de Macaparana.

Foram realizadas mais de 100 contribuições na consulta pública, expressando conhecimentos e desejos para a atenção que o poder público deve dar ao segmento da Primeira Infância. Estes resultados apontam a importância e o valor do trabalho desenvolvido pela equipe organizadora e, finalmente, a fala das crianças, esta considerada a mais importante de todas. No total foram ouvidas mais de 50 crianças da rede pública municipal, que se expressaram das mais variadas formas, dependendo de sua faixa etária.

Este Plano Municipal para a Primeira Infância de Macaparana traduz os sentimentos mais vivos da população de crianças de 0 a 5 anos, das suas respectivas famílias e dos muitos trabalhadores e defensores da causa. Importante registrar que a representação da Câmara de Vereadores agregou um ganho muito importante para o fortalecimento da luta em prol da Primeira Infância no território de Macaparana.

Para o cumprimento do processo de escuta aos vários segmentos participantes desta importante tarefa, a comissão do Plano, envolvida em sua construção, encaminha este documento para a plenária do colegiado de conselheiros de direitos do COMDICA Macaparana que, após as suas deliberações, encaminhará ao Executivo Municipal que o enviará para a Câmara de Vereadores de Macaparana, onde serão promovidas audiências públicas com o objetivo de oferecer a oportunidade de complementações e, por fim, referendar o Plano Decenal para a Primeira Infância de Macaparana.

1. INTRODUÇÃO

O desafio de garantir direitos para todos na Primeira Infância, período que vai do 0 aos 5 anos de idade, deve ser um compromisso de toda sociedade, e que envolva os mais variados atores. Primeiro, porque envolve o olhar de praticamente todos os serviços públicos: educação, saúde, assistência social, habitação e segurança social, por exemplo. Segundo, também pode ser compreendido como prioridade por organizações de outros setores da economia, ou seja, por empresas privadas, igrejas, entidades de classe e fundações. Terceiro, não distingue classe social; o bem comum só é atingido e reforçado se ricos e pobres tiverem a mesma oportunidade.

Como diz o provérbio: “*Ensina a criança no caminho em que deve andar, e, ainda quando for velho, não se desviará dele*”. (Provérbios, 22.6). Somente por meio de uma forte campanha de sensibilização ao tema direcionada pela educação, saúde e assistência social, poderemos experimentar uma aceleração da percepção da necessidade de uma grande aliança para a Primeira Infância, seja em nível local ou nacional.

A Primeira Infância deve ser a maior prioridade de uma cidade. Uma criança acolhida com vínculos afetuosos e não exposta a situações de estresse prolongado (estresse tóxico) tende a ser um adulto mais feliz, com melhor nível de escolaridade e renda, mais saudável e menos propenso a cometer delitos ou a condutas antissociais.

Também destacamos o foco nas mulheres. Não existe vida humana sem a gestação feminina. Nos primeiros anos após o nascimento, com o cuidado das mães (sem diminuir a importância do mesmo cuidado do companheiro), os bebês se desenvolvem de maneira determinante para a trajetória da vida. O leite materno é o alimento mais rico que um recém-nascido pode ter, funciona quase como uma primeira vacina e promove o crescimento cerebral, segundo pesquisas recentes do Departamento de Pediatria do Children’s National Hospital, em Washington.

Portanto, políticas para a Primeira Infância são também políticas de gênero, de suporte às mulheres. Fica evidente que precisamos prevenir a gravidez na adolescência, correlacionada ao nível de escolaridade, e que impacta diretamente os

partos prematuros, o baixo peso ao nascer e mortes evitáveis nos primeiros dias de vida. Também é fundamental, a realização de pelo menos sete consultas durante o pré-natal, e do acompanhamento realizado pelo Programa Mãe Coruja, que acompanha a saúde do bebê e da mãe, o programa Mãe Coruja acompanha as mães e crianças em situação de vulnerabilidade e o programa Saúde da Família acompanha todas as mães e crianças do território.

Além disso, é preciso ter a consciência de que grande parte dessas mulheres enfrenta o desafio da maternidade de maneira desigual, sem companheiros. O abandono paterno é um problema crônico no país, que tem 5,5 milhões de crianças registradas sem o nome do pai. Segundo uma pesquisa de 2019, da Universidade de São Paulo (USP), tudo isso torna ainda mais difícil o retorno das mães aos estudos e ao mercado de trabalho, impactando diretamente na média de renda e a distância salarial em relação aos homens. Precisamos combater construções históricas de uma cultura do patriarcado e uma masculinidade tóxica, percebendo que o homem também tem a competência do cuidar e precisa buscar paternidades mais equânimes.

Assim, este é um quadro social que traz para os gestores públicos a noção da importância do Estado como ator fundamental na busca do bem-estar social. Políticas de igualdade de gênero e de apoio às mulheres são mais do que reconhecimento ou conquistas, constitui uma obrigação moral na busca por uma sociedade mais justa, igualitária e com valores mais equânimes.

O certo é que, em Macaparana, já demos a largada para empreender nesta caminhada. Em junho de 2022, iniciamos o nosso Marco Legal da Primeira Infância e, agora, entregamos o Plano Decenal para a Primeira Infância de Macaparana, construído através de uma das maiores escutas sociais já realizadas na história dessa cidade.

Construir um Plano Municipal em um momento histórico tão delicado exigiu uma nova percepção do cenário global, compreendendo o contexto e desdobrando até o nível local. Uma política só se tornará consistente se gerar sentimento de pertencimento. O pertencimento só será produzido se existir a participação não apenas na elaboração, mas também, no monitoramento.

No entanto, hoje, até mesmo a forma da participação é um desafio. Os modelos outrora representativos podem não garantir uma decisão legítima aos olhos

dos cidadãos. Por isso, experiências inovadoras surgem no Brasil e no mundo, criando estratégias que permitam uma participação direta e efetiva.

Destacamos também a atenção especial à escuta as crianças, grandes protagonistas do processo e para quem todos os esforços e construções deste Plano devem atingir. Sujeitos do conhecimento vivem em comunidade, interagem com o meio e percebem com clareza o que permite fazer para tornar o seu ambiente mais feliz. Assim, a sinceridade e a pureza infantil colaboraram de forma direta e contribuíram com sugestões bastante coerentes.

A “voz” da criança pode ser oralizada ou não. Muitas vezes os desenhos representam arquétipos da vida social de nossas crianças. É preciso competência pedagógica para ter a percepção através de posturas, identidades e traços, que por vezes denunciam a ausência de direitos ou o desejo pela oportunidade de uma vida melhor. A casa pode representar uma ancoragem, para as que a têm. As árvores podem representar memórias primitivas do período uterino ou uma consciência ecológica e ambiental. O que não nos deixa dúvidas é que toda a expressão servirá de base para políticas públicas de habitação, urbanismo, saúde, educação e tantas outras áreas, esse pertencimento está bastante explícito nas produções das crianças. (ver anexo).

A participação é a riqueza que traz a consistência e permite a sustentabilidade ao Plano; favorecendo a sua legitimidade como política de estado e não de gestão e que entregará à cidade um legado para o futuro construído a muitas mãos.

Para elaborar o Plano Decenal para a Primeira Infância de Macaparana, foi necessário um grande esforço na coleta e análise de dados. Ao final, produzimos um compêndio de indicadores comparativos que embasaram o processo de consultas à sociedade e permitiu a definição de objetivos a médio e longo prazo. Foi um trabalho hercúleo, pois as informações eram dispersas e, agora, estão organizadas em outro padrão, tratadas como partes de um todo.

O sonho de um povo, que valoriza a cultura do cuidado em prol de um futuro melhor, nasce como o princípio em tornar o afeto um valor universal, de pensar políticas públicas com o coração e de construir com todo o amor possível as melhores ações. É isso que todos os envolvidos neste Plano estão imbuídos de

entregar a Macaparana. E a entrega deste Plano é apenas o primeiro passo. Toda a sociedade macaparanense está convidada para também se engajar nessa construção. Vamos juntos?

2. DIAGNÓSTICO

O diagnóstico exerceu um papel relevante na equalização do entendimento da Primeira Infância macaparanense. Permitiu, de um lado, estabelecer o mesmo nível de informação a todos que participaram da elaboração do Plano, e de outro, mensurar a dimensão dos desafios - já antevistos pelos elaboradores do documento a serem abraçados pelos gestores públicos e pela sociedade civil.

O Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) é um instrumento político e técnico, construído em um processo democrático e participativo, com o envolvimento das diferentes secretarias e órgãos públicos da administração municipal, Poder Legislativo, Judiciário e sociedade civil, e contempla a escuta e a participação das crianças – sujeitos de direito a quem se destina o PMPI.

Esse plano é constituído de um diagnóstico da situação de vida, desenvolvimento e aprendizagem das crianças no município de Macaparana, uma lista de ações das diferentes secretarias para garantir que os direitos das crianças sejam integralmente atendidos e metas que permitam avaliar as políticas planejadas e em curso.

Há muito trabalho pela frente! Mas além da pura existência de um plano de qualidade, é importante que ele saia do papel e se desdobre em políticas públicas a favor das crianças, principalmente as mais vulneráveis.

A metodologia adotada é centrada na informação quantitativa, diferentemente de outros eixos deste trabalho, em que os aspectos qualitativos ganharam destaque. Todavia, vale salientar que essa abordagem numérica tem a função de permitir o acompanhamento da evolução e, primordialmente, dar uma intensidade aos desafios, não excluindo o tratamento customizado. O trabalho foi adquirindo essa estrutura por meio de um processo evolutivo. Nem todas as áreas têm indicadores consolidados: isso fez com que o diagnóstico buscasse tratamentos customizados para cada tema. Dito isto, o material passou por sucessivas revisões junto à

Comissão de Elaboração do Plano Municipal da Primeira Infância até culminar na sua conclusão.

Ao se planejar uma cidade para a Primeira Infância é preciso também dar especial atenção ao cuidador - mãe, avó (ô), pai, tia (o) - que em última instância decidirá se a criança pode ou não utilizar o espaço público, irá ou não até um serviço local. Para tanto, o percurso até o local de destino não pode ser difícil. Ao contrário, necessita ser seguro, saudável e acolhedor, oferecendo oportunidades de interação com a criança, com a natureza e comunidade; com espaços de sombra e descanso.

É preciso vislumbrar Macaparana como uma cidade acolhedora para a Primeira Infância, e isso requer antes de tudo, a escuta desta criança e de seu cuidador, olhar atento e cuidadoso para as necessidades e especificidades deste período primordial da vida. No entanto, o poder público precisa estruturar estratégias de médio e longo prazo, definir metas, indicadores de monitoramento e avaliação, e planos de ação que sustentem a implementação de uma política urbana voltada à Primeira Infância, abordando todas as temáticas transversais que interferem no desenvolvimento de bebês e crianças, priorizando o espaço público como lugar de encontro e palco para o desenvolvimento das relações sociais em interação direta com o meio.

A perspectiva multissetorial, referente à política de atendimento à criança e adolescente à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA aponta para a necessidade de busca de elos entre as diferentes políticas sociais, um desafio que pode ser superado por meio de estruturas metodológicas de redes, tanto no trabalho social com as crianças em seus contextos sociais (familiares e comunitários), como em relação às diferentes organizações envolvidas.

A expectativa é de que essas intervenções, pautadas na singularidade de cada criança, sejam igualmente acessíveis, tornando-se imprescindível a universalidade, sem, contudo, desvincilhar-se do enfoque das singularidades, de modo a promover a equidade necessária à eliminação de barreiras, como as associadas às desigualdades de raça, cor, gênero, credo, etc, para que nenhuma criança fique de fora do acesso a oportunidades de desenvolvimento de suas potencialidades.

No âmbito normativo, as atenções à Primeira Infância previstas neste Plano são balizadas pelo reconhecimento público da Criança como sujeito social, portanto sujeito de direitos, conforme está estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos promulgada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de dezembro de 1948, Declaração dos Direitos da Criança (1959), reiterada na Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), reiterado na Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, o Marco Legal da Primeira Infância no Brasil, Constituição Estadual de Pernambuco e a Lei Orgânica do Município de Macaparana que, embora não dedique um espaço específico aos direitos de crianças e adolescentes, estabelece o dever do poder público municipal de proteger as famílias, no sentido de assisti-las de todas as formas, inclusive de coibir violências no interior de suas relações.

3. CONTRIBUIÇÕES DA CONSULTA PÚBLICA

Através da análise do CadÚnico (Cadastro Único de Programas Sociais), um dos sistemas que subsidiaram as informações para os indicadores apresentados neste plano, identificamos que aproximadamente 69,95% da população de Macaparana sobrevive com renda inferior a um salário mínimo, o que contabiliza um total de 6.719 famílias, e um total de 16.819 pessoas cadastradas no sistema.

De acordo com o senso demográfico de 2010, dos 25.564 habitantes da cidade, 10.925 dependem de algum subsídio para complementar a renda, seja pelo Programa Auxílio Brasil (Antigo Bolsa Família), ou outro programa social do Governo Federal. Destes, 379 são crianças de 0 até 6 anos; de um total de 1.063 crianças assistidas pelo programa, portanto, considerando as faixas etárias analisadas, tal constatação assusta: a pobreza é infantil. Quando uma criança nasce, a renda média em um lar diminui proporcionalmente.

Ao lidar com tantos números, precisamos levar em conta a seguinte reflexão: *“Por trás de cada número, há um rosto, uma história. E cada vida é um infinito”*. Toda informação e inferência, geradas a partir dos dados obtidos, devem estar fortemente galgadas nesta premissa que nos foi apresentada pelo educador.

Um nascimento prematuro, um bebê mal nutrido, uma criança que sofre abuso... Mesmo nos baixos índices, as violências e os cerceamentos de direitos são singulares e devem ser vistos e percebidos em profundidade, garantindo

intervenções que protejam minorias e promovam a equidade e a dignidade, considerando o valor incalculável de uma vida humana.

De acordo com dados do IBGE, o município de Macaparana tem atualmente 17 escolas públicas e 03 creches municipais, das quais duas estão em funcionamento e uma em etapa final de conclusão. Já na rede Privada são 05 escolas que atendem essa etapa de ensino.

Conforme consta, das 16.819 pessoas no CadÚnico, 1.243 são crianças com menos de seis anos de idade, o que representa uma enorme preocupação para o desenvolvimento social dessas famílias, e principalmente das crianças nessa faixa etária, por se desenvolverem em um ambiente repleto de limitações.

3.1 PERFIL SÓCIOECONÔMICO DOS PARTICIPANTES

A magnitude e a complexidade das questões sociais exigem da gestão da Assistência Social, permanente empenho em dar respostas criativas aos demandantes de serviços e benefícios socioassistenciais, de modo a suprir necessidades humanas básicas e vitais, no campo dos direitos sociais.

Nesse contexto, a política municipal de Assistência Social de Macaparana, busca definir e adotar alternativas que contemplem as famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social; envolvendo crianças e adolescentes vítimas da exploração do trabalho e das mais variadas formas de violência; como também a criança, desde a sua primeira infância. Evolvendo ainda os adolescentes, as pessoas idosas, pessoas com deficiência e qualquer seguimento que represente minoria social.

No período Pós-Constituição de 1988 e, especialmente, após a promulgação da Lei Orgânica de Assistência - LOAS, em 1993 desencadeou-se, em todo o país, ampla mobilização em favor da clara definição do caráter específico de ação da Assistência Social, que ganha relevância com a implantação do SUAS, a partir de 2005. São definidos dois níveis de Proteção Social, a Básica e a Especial, dentro das quais está definida uma tipologia de serviços que contemplam do bebê ao idoso, especialmente aqueles segmentos populacionais que se encontrem em situação de maior vulnerabilidade e/ou risco social.

Art. 6o-A. A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção: (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011).

Ademais ressaltamos que a Secretaria Municipal de Assistência Social de Macaparana, vem se empenhando, em equacionar os desafios relacionados ao Sistema Único de Assistência Social e sob a perspectiva do Marco Legal, frente à Primeira Infância, busca garantir continuamente ações relacionadas ao fortalecimento de vínculo afetivo, entre a criança, a família e a comunidade, frente à articulação de programas, projetos, serviços e benefícios, uma vez que a assistência social é um pilar temático da Primeira Infância que atua de forma supletiva, intersetorial e articuladora, junto as demais políticas públicas, como Educação, Saúde, Cultura, Infraestrutura, Esporte, Lazer e outros.

A estrutura demográfica apresentou mudanças no município entre 2000 e 2010, foi verificada a ampliação da população idosa que, em termos anuais, cresceu 1,9% em média. Em 2000, este grupo representava 10,9% da população, já em 2010 detinha 12,4% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010 (-1,8% ao ano). Crianças e jovens detinham 34,4% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 7.733 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 26,8% da população, totalizando 6.416 habitantes.

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 1,68% ao ano), passando de 12.311 habitantes

em 2000 para 14.540 em 2010. Em 2010, este grupo representava 60,8% da população do município.

De acordo com o Sistema de Informação CECAD do MC, conforme dados do Censo demográfico 2010, o número de pessoas em extrema pobreza é de 4.169, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isto significa que 16,30% da população municipal vivia nesta situação de extrema pobreza, do total de habitantes do município 9.714 (38%) vivia no meio rural e 15.850 (62,%) no meio urbano.

A expectativa de vida da população Macaparanenses de acordo com o Censo Demográfico 2010 é de aproximadamente 71 anos, havendo um aumento na expectativa de vida nos últimos 19 anos, comparada ao ano de 1991, onde a expectativa de vida era de aproximadamente 55 anos.

3.1.1 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

O município de Macaparana possui um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, localizado no território do bairro da Alvorada, onde sua adesão de implantação foi em 1º de outubro do ano de 2005.

No ano de 2022, de Janeiro a Outubro, o CRAS deste município acompanhou no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, em média cerca de 200 famílias ao mês, em situação de vulnerabilidade e risco econômico e social. Na tabela abaixo está descrito os serviços ofertados para as famílias que utilizaram os demais serviços no CRAS durante os meses supracitados:

Tabela 1 - Serviços ofertados no CRAS no período de janeiro a outubro de 2022.

Serviços Ofertados	Total em 10 meses	%	Média Mensal
Benefícios Eventuais	224	8,63%	22,4
Encaminhamentos	135	5,20%	13,5

Fonte: SAGI

3.1.2 PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL (PAB)

De acordo com os dados da base cadastral do CadÚnico, 56,73% das famílias cadastradas são beneficiárias do Programa Auxílio Brasil - PAB. Quando se analisa a primeira infância de 0 a 5 anos, esse percentual é de 30,60%. Como detalha a tabela 2:

Tabela 2- descrição das famílias no CadÚnico e beneficiárias no PAB.

Resumo	No CAD	No PAB	%
Pessoas	16.819	10.925	69,95%
Famílias	6.719	3.853	57,32%
Crianças de 0 a 5 anos	1.243	1.063	85,51%

Fonte: CIBEC.

3.1.3 PERFIL DAS CRIANÇAS NO CADÚNICO

No que se refere ao perfil das crianças de 0 a 5 anos incluídas no CadÚnico, referente ao sexo há predominância do sexo masculino, tabela 3, no que se refere a cor, o percentual é maior na cor parda, tabela 4. Isso confirma que os aspectos socioeconômicos são afetados pela cor.

Tabela 3 - Descrição do sexo da crianças a 0 á 5 anos no CadÚnico.

Sexo	Quantidade	%
Masculino	636	51,16%
Feminino	607	48,84 %
Total	1243	100%

Fonte: Secretaria de Assistência Social

Tabela 4 - Descrição da cor das crianças de 0 a 5 anos no CadÚnico.

Cor	Quantidade	%
Branca	391	31,45%
Preta	6	0,48%
Parda	842	67,73 %
Amarela	4	0,32%

Fonte: Secretaria de Assistência Social

3.1.4 CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA E O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

Na análise do CadÚnico no período de outubro de 2022, consta 26 crianças com algum tipo de deficiência, deduz-se que 2,09% das crianças de 0 a 5 anos cadastradas apresentam pelo menos uma deficiência, com predominância na deficiência mental e física com 34,61 % cada. Provavelmente essas crianças não necessariamente se tornam candidatas ao Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Tabela 5 - Descrição da deficiência das crianças de 0 a 5 anos no CadÚnico.

CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA	CEGUEIRA	BAIXA VISÃO	SURDEZ	DEF FÍSICA	DEF MENTAL	SINDROME DOWN	TRANSTORNO MENTAL	OUTRAS DEFICIÊNCIAS
0 a 3 Anos	0	1	1	8	5	0	4	0
4 e 5 Anos	0	0	0	1	4	1	1	0
Total	0	1	1	9	9	1	5	0
Percentual	0,00%	3,84%	3,84%	34,61%	34,61%	3,84%	19,23%	0,00%

Fonte: Secretaria de Assistência Social.

3.2 RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

É no reconhecimento da importância dos contextos sociais onde as crianças se inserem que as famílias, em seus diversos arranjos, ganham visibilidade no conjunto de políticas sociais destinadas ao atendimento nas infâncias, contribuindo para o desenvolvimento de uma infância plural, admitindo-se que o início dos processos de socialização ocorre em ambientes familiares, identificados como

espaços de proteção/desproteção que refletem os contextos sociais do meio em que as crianças estão inseridas.

São nesses ambientes que pais e familiares em diferentes graus de parentalidade, e até mesmo outros cuidadores, de modo individual ou compartilhado, são chamados à responsabilidade pública de assumir funções de cuidados/não cuidados e provisões materiais para suprir necessidades de todos os membros, inclusive de crianças pequenas, assumindo papel ativo na busca de condições de vida favoráveis à vivência de uma infância plena, digna e plural.

Em 2021, o município de Macaparana aplicou 32,73% de sua receita com investimentos na Educação, dos quais 3,92% foram aplicados na Educação Infantil (em creches e pré-escolas). Na Saúde o investimento foi de 24,60% e na Assistência Social a aplicação foi de 2,91%. Para estimular as Políticas Públicas no atendimento à população em especial àquelas com maiores necessidades sociais e econômicas, o município investiu em bens e serviços essenciais na saúde, educação, assistência social e segurança, infraestrutura e capacitação profissional, a saber:

- Acompanhamento da saúde da família;
- Primeira infância no SUAS (Sistema Único de Assistência Social);
- Acompanhamento psicológico;
- Investimentos em livros e brinquedos para as creches e pré-escolas;
- Acompanhamento das mulheres durante a gravidez para realizar as consultas de pré-natal, bem como, após o parto nos primeiros 100 dias no desenvolvimento de bebês e crianças;
- Incentivo ao parto humanizado e ao aleitamento materno;
- Adequação de ruas, calçadas e praças para o lazer das crianças com e sem deficiência;
- Ampliação da rede de abastecimento de água e esgoto;
- Promoção de diálogos, rodas de conversas, palestras, fóruns, e reuniões acerca das políticas públicas voltadas para a Primeira Infância;
- Capacitação dos profissionais da educação, saúde e assistência social para lidarem no desenvolvimento das crianças.

3.2.1 PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS

O Programa Primeira Infância no SUAS, foi criado com o objetivo de acompanhar famílias que em sua composição possuam gestantes e crianças na Primeira Infância, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, inseridos no Cadastro Único, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada – BPC, ou que estejam afastadas do convívio familiar em decorrência da aplicação de medidas de proteção, priorizando-se:

- ✓ Gestantes, crianças de até 36 (trinta e seis) meses e suas famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil;
- ✓ Crianças de até 72 (setenta e dois) meses e suas famílias beneficiárias do BPC;
- ✓ Crianças de até 72 (setenta e dois) meses afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista no art. 101, caput, incisos VII e VIII, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas famílias.

Implantado no município de Macaparana - Pernambuco no ano de 2016, desenvolvido por meio de visitas domiciliares, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na Primeira Infância.

A equipe é formada por uma (01) supervisora e dez (10) visitadoras sociais. Até outubro de 2022, foram realizadas 13.017 visitas e realizado o acompanhamento de 453 famílias, sendo 379 Crianças de 0 a 6 anos e 69 gestantes.

Levando em consideração que em relação à execução do Programa Criança Feliz no município de Macaparana, a pessoa de referência não se trata da especificada na base de dados do Cadastro Único, sendo, portanto a Pessoa de Referência da criança acompanhada, deste modo, foi identificado que cerca de 98% dos beneficiários acompanhados tem como cuidadora uma mulher.

A saúde em Macaparana foi examinada sob o prisma dos indicadores tradicionais (utilizados em todo território nacional), os quais foram analisados histórica e comparativamente. Outros indicadores importantes estão sendo apresentados de acordo com a base de dados disponibilizada nas planilhas e documentos da Secretaria de Saúde Municipal.

Foi dado destaque à situação das crianças da Primeira Infância - limitado ao recorte de neonatal (até 27 dias), infantil (até um ano) e até 5 anos – e das mães (no universo de mães de filhos Nascidos Vivos durante o período acima mencionado.)

A quase totalidade dos dados utilizados como base para os cálculos proveio de bases de dados do Ministério da Saúde (Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos e Sistema de Informação sobre Mortalidade). A defasagem de atualização não permitiu que alguns dados anteriores fossem utilizados, pois não expressariam com exatidão fatores de nossa realidade inerentes a esse diagnóstico.

Os indicadores apresentados até o momento foram construídos com base em registros do Ministério da Saúde referente aos anos de 2019, 2020 e 2021. Outros que serão aqui apresentados baseiam-se em informações da Secretaria de Saúde de Macaparana.

3.2.2 ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – COBERTURA POPULACIONAL

A Estratégia Saúde da Família é composta por equipes de saúde da família (ESF) (de composição multiprofissional), equipes de saúde bucal (ESB) e agentes comunitários de saúde (ACS). Para a obtenção dos percentuais apresentados no plano foram utilizadas consultas de acesso as informações das equipes que trabalham direta e indiretamente na saúde municipal: sendo 10 equipes de Saúde Bucal (ESB); 11 equipes de Saúde da Família (ESF) e 55 Agentes Comunitários de Saúde (ACS); o que corresponde a uma cobertura de 100% da população do município.

3.2.3 PROGRAMA DE IMUNIZAÇÃO MUNICIPAL

- **Percentual de cobertura vacinal de crianças de 1 ano com Vacina Tríplice Viral (SCR) ou Tetra viral (D2) no município de Macaparana**

Tabela 6 - Percentual de cobertura vacinal

VARIÁVEL	2019	2020	2021
-----------------	-------------	-------------	-------------

COBERTURA DE TRÍPLICE VIRAL	81,5%	63,3%	52,3%
------------------------------------	--------------	--------------	--------------

Fonte: SIPNI, 2022.

A meta de cobertura vacinal da Tríplice viral, determinada pelo Ministério da Saúde é de 95%, dessa forma, observa-se que em todos os anos analisados não foi alcançada a meta, e além disso, nota-se uma queda na cobertura nos anos 2020 e 2021, em comparação ao ano de 2019; (BRASIL, 2014). Tais fatos podem estar relacionados com o surgimento da pandemia de covid-19, ao qual por trazer medidas de distanciamento social para controle da transmissão da doença, resultou uma diminuição no comparecimento das famílias nas unidades de saúde, inclusive para vacinação infantil. (OLIVEIRA, GABRIELA CUNHA CORRÊA FREITAS DE et al., 2022)

- **Percentual de cobertura vacinal de crianças menores de 1 ano com vacina Tetravalente e Hepatite B ou Pentavalente no município de Macaparana.**

Tabela 7 - Percentual de cobertura vacinal

VARIÁVEL	2019	2020	2021
COBERTURA DE PENTAVALENTE	70,8%	77,2%	70,5%

Fonte: SIPNI, 2022.

Para a vacina Pentavalente, o Ministério da Saúde preconiza uma cobertura de 95% de vacinação das crianças na faixa etária de menos de 1 ano de vida. (BRASIL, 2014)

Observa-se que apesar do ápice da pandemia de covid-19 ter acontecido no ano de 2020, houve um crescimento na cobertura vacinal da pentavalente, mesmo que tenha ocorrido queda no ano seguinte. Isso pode está associado a falta do imunobiológico que ocorreu no ano de 2019 nos municípios.

De acordo com Bonani e Souza, 2021, a probabilidade de uma criança menor de 5 anos tomar todas as vacinas chegou a 20,29%, durante a pandemia de covid-19. (BONANI LO, SOUZA GS, 2021)

Associado a esses fatores, ocorreu o crescente movimento antivacina, intensificado com a vacinação contra a covid-19, a circulação de notícias falsas (Fake News) sobre os imunobiológicos e a hesitação vacinal são alguns dos determinantes

apontados na literatura, que estão relacionados a queda nas coberturas vacinais. (FRUGOLI AG ET AL, 2021; SATO APS, 2018; SANTANA E ET AL, 2022)

3.2.4 PREMATURIDADE E BAIXO PESO AO NASCER

O período estendido desde a fecundação até o nascimento, é compreendido como gestacional, visto que, o parto ocorre normalmente entre a 38^a e a 41^a semana gestacional. Diante disso, o nascimento antes da 37^a semana gestacional é chamado de parto prematuro. (SAMPAIO, A.S., 2019).

O autor ainda salienta que o parto prematuro traz maiores riscos à vida e saúde do bebê, uma vez que, quanto maior a antecipação, maior será a probabilidade de gravidade da saúde do recém-nascido e muitas vezes resultando até mesmo em óbito. Sendo assim, a prematuridade é uma das causas mais corriqueiras e crescentes do coeficiente de mortalidade infantil no mundo. Dessa forma, uma das medidas para diminuir os índices da morbidade e da mortalidade neonatal é a assistência ao recém-nascido durante e após um parto prematuro inevitável.

Número de crianças com nascimento prematuro no município de Macaparana (2019-2021)

Tabela 8- Número de crianças prematuras.

Número de Crianças Prematuras	2019	2020	2021
22 – 27 semanas	01	01	00
28 – 31 semanas	05	04	01
32 – 36 semanas	39	33	25
TOTAL	45	38	26

Fonte: SINASC, 2022.

A tabela acima demonstra o quanto o número de nascimentos de crianças prematuras tem diminuído em nosso município, fruto de ações conjuntas que têm trazido melhorias na qualidade da assistência à saúde.

Existe uma relação entre prematuridade e baixo peso, como se vê na tabela abaixo entre os anos de 2019 à 2021. Porém, é notório que entre os anos supracitados, na linha A, houve diminuição entre crianças prematuras e peso normal. Na linha B, a relação entre prematuridade e baixo peso teve um declínio evidenciado mais nitidamente entre os anos de 2019 e 2020, e a linha C demonstra que crianças a termo, ou seja, com nascimento em idade gestacional adequada e baixo peso teve redução entre 2019 e 2020 sendo que em 2021 teve um aumento.

Tabela 9 - Variação com o total de crianças com baixo peso ao nascer

VARIÁVEIS		2019	2020	2021
A	Prematuro e Peso Normal	360	347	341
B	Prematuro e Baixo Peso	79	58	55
C	Não Prematuro e Baixo Peso	343	347	366

Fonte: E-SUS-A, 2022.

O coeficiente de mortalidade infantil, que engloba os componentes neonatal e pós-neonatal, é um dos indicadores mais fidedignos para avaliar as condições de vida e saúde de uma população (VICTORA et al,2011).

- Número de óbitos neonatais no município de Macaparana (2019-2021)

Tabela 10- Número de Óbitos Neonatais

ANO DE REFERÊNCIA	Número de Óbitos Neonatais
2019	06
2020	00
2021	03

Fonte: SIM, 2022.

O componente neonatal, corresponde aos óbitos que ocorrem nos primeiros 27 dias de vida, se subdividindo em mortalidade neonatal precoce (óbitos que ocorrem nos primeiros 7 dias de vida) e tardia (óbitos ocorridos do 7º ao 27º dia de vida), refletindo as condições socioeconômicas e de saúde materna, bem como a qualidade da atenção prestada no pré-natal, parto e ao recém-nascido (Ministério da Saúde, 2009).

A mortalidade neonatal (De 0 a 27 dias de vida) passou a ser o componente principal dentro da mortalidade infantil no que tange a proporcionalidade a partir do final da década de 80, e atualmente este índice representa de 60% e 70% da mortalidade infantil em todas as regiões do Brasil.

A taxa de mortalidade neonatal continua mantendo-se em níveis elevados, 13,2/1000 NV, em 2007 , quando se comparada com a taxa apresentada por outros países no ano de 2004, como Argentina (10/1000), Chile (5/1000), Canadá (3/1000), Cuba (4/1000) e França (2/1000) (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2008).

3.2.5 ESCOLARIDADE MATERNA

A escolaridade materna é definida como variável independente em trabalhos epidemiológicos que associam os mais variados temas. Nesse contexto, a baixa escolaridade materna está associada a um risco mais elevado de mortalidade materna. Contudo, a avaliação da escolaridade materna consiste em instrumento para salientar grupos de indivíduos que requerem atenção de políticas educacionais para adultos. No tocante do nível de instrução materna, o quadro abaixo demonstra a quantidade de nascidos vivos e a escolaridade da mãe.

Tabela 11 - Total de escolaridade materna

INSTRUÇÃO	2019	2020	2021	TOTAL
TOTAL	360	347	341	1048
0	3	1	2	6
1 - 3	11	15	11	37
4 - 7	80	60	65	205
8 - 11	221	228	233	682
12 e +	44	40	28	112
NÃO INFORMADO	0	1	0	1
IGNORADO	1	2	2	5

Fonte E-SUS-AB, 2022.

Em sua totalidade, as mulheres que possuem instrução escolar de 8 a 11 anos representa o maior percentual, são no total de 682, o que corresponde a 65,8% nos anos de 2019 a 2021. Porém observa-se que o total de 366 corresponde a 31,5%, mulheres que não possuem nenhuma escolaridade. Assim, são mais

vulneráveis e mais susceptíveis ao empoderamento de informações, levando em consideração os fatores determinantes e condicionantes da saúde.

Estudos apontam que a menor escolaridade materna se apresenta interligada à ocorrência de recém-nascido de baixo peso. As mães que apresentam menos de oito anos de escolaridade têm a probabilidade 1,5 vezes mais elevada de terem crianças com baixo peso ao nascer. Esta associação segundo a literatura pode estar associada ao baixo padrão socioeconômico, que possivelmente durante a gestação possuem um menor ganho de peso, além de início mais tardio do pré-natal (SILVA,2019).

A escolaridade materna está ligada ao tipo de parto quando as mães com maior grau instrutivo apresentam chances mais elevadas de terem seus filhos de parto cesáreo. Isso decorre tanto de opção da mãe, como também da equipe médica, pois, como o parto cesárea costuma ter um custo financeiro mais elevado, as mães com maior escolaridade, possuem melhores condições econômicas, podendo optar por ele (ROTHSTEIN et al.,2019).

3.2.6 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

A gravidez proporciona inúmeras mudanças na vida da mulher, tanto fisiológicas, quanto psicológicas, além de ser uma fase que envolve também todo o seu ciclo familiar e as redes de apoio. O Ministério da Saúde define “adolescência” segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), configurando este período na faixa etária entre 10 e 19 anos (BRASIL, 2017).

Discutir gravidez na adolescência em um contexto com profundas desigualdades sociais, raciais/ étnicas e de gênero nos territórios e cenários atuais demanda qualificação, competência teórica e técnica, devido a complexidade temática. (CABRAL; BRANDÃO, 2020).

A evasão das usuárias dos serviços de saúde tende a elevar ainda mais a vulnerabilidade frente aos riscos. Diante dessa problemática, é necessária atenção e orientação dos profissionais da saúde, pois consiste no ponto inicial dos cuidados gestacionais mediante as consultas de pré-natal. O rastreio preciso e eficaz dessas gestantes nas consultas, garante a identificação dos riscos e complicações inerentes a maternagem. (MACHADO et al.,2021)

Destarte, a prática de as atividades preventivas por meio do acompanhamento no pré-natal na Atenção Primária de Saúde (APS), busca preservar e assegurar o binômio mãe/filho. A educação em saúde no âmbito da atenção primária permite a formação de vínculos dos profissionais com a população, através de rodas de conversas e exposições dialógicas, permitindo que as usuárias possam trocar experiências e serem ouvidas por outros profissionais, gerando construção mútua de conhecimentos (MONTINO et al., 2020).

No tocante a faixa etária, o gráfico abaixo mostra a idade materna de mães adolescentes nos anos de 2019, 2020 e 2021 em Macaparana.

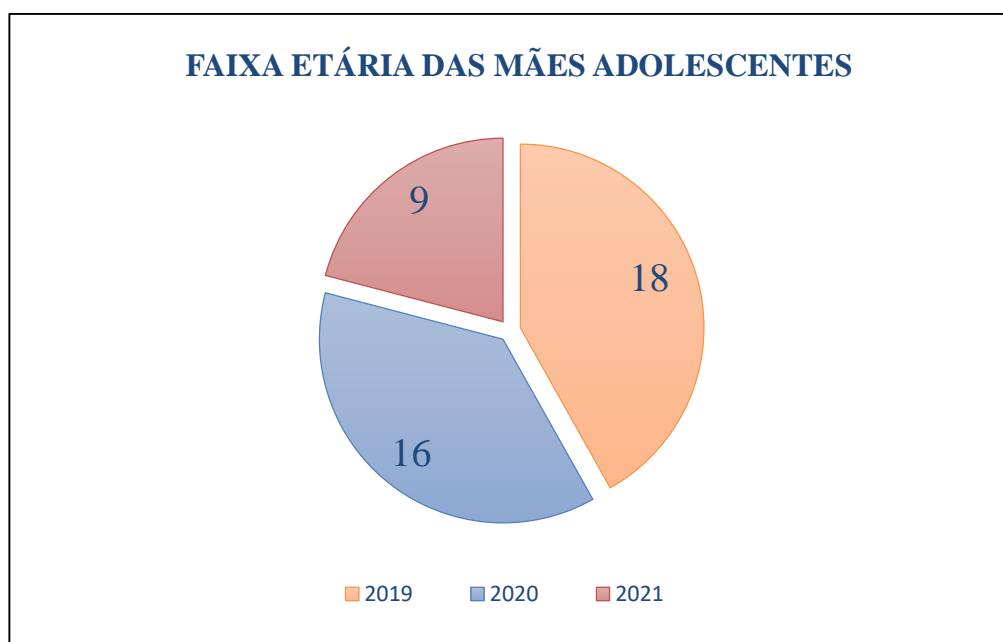


Figura -Representação da faixa etária materna

Fonte: E-SUS-AB,2022

3.2.7 CONSULTAS DE PRÉ-NATAL E INÍCIO ADEQUADO DO PRÉ-NATAL

A orientação do Ministério da Saúde (MS) é a realização de, no mínimo, seis consultas de acompanhamento pré-natal, sendo, preferencialmente, uma no primeiro trimestre, duas no segundo e três no terceiro trimestre de gestação. Essas quantidades são fundamentais, é necessário enfatizar que quanto mais precocemente iniciar o pré-natal, mais chances de reduzir complicações e tratar possíveis patologias existentes, o quadro mostra o perfil anual de 2019 à 2021 de

gestantes que iniciaram o pré-natal até a 12^a semana, conforme recomendações do Ministério da Saúde.

Tabela 12 - total/Pré-natal

QUANTIDADE DE PRÉ-NATAL INICIADO ATÉ 12 SEMANAS	2019	2020	2021
	117	30	66

Fonte: E-SUS-AB, 2022.

O Pré-natal possibilita todo um acompanhamento necessário para diagnosticar, tratar e orientar as mulheres gestantes, esta fase é monitorada por consultas e exames que envolvem um olhar diferenciado a este grupo, promovendo ações referentes a riscos inerentes ao estado de saúde da mãe e do bebê, salientando a participação da atenção primária de saúde e dos profissionais envolvidos no cuidar, afim de fortalecer o acolhimento assistencial, assim como o apoio de seus familiares, frente as dificuldades diante de todas as mudanças decorrentes de uma gravidez precoce (ARRUDA et al.,2022).

Tabela 13 - Consultas Pré- natal

QUANTIDADE DE CONSULTAS REALIZADAS NO PRÉ-NATAL	2019	2020	2021
+7 (mais de sete consultas)	67	242	170

Fonte: E-SUS-AB, 2022.

O número de consultas no pré-natal também implica em um fator associado à escolaridade materna, tendo em vista que as mães com maior instrução têm uma probabilidade duas vezes maior de efetuarem mais de seis consultas no pré-natal, sugerindo que o mesmo seja iniciado mais precocemente, assim, estas mães dariam maior importância ao pré-natal e/ou teriam um acesso mais fácil ao acompanhamento de sua gestação (LINS, 2022).

Tabela 14 - Acompanhamento gestacional realizados

Número de Consultas do pré-natal realizadas	2019	2020	2021
Nenhuma consulta	02	10	02
4 – 3 consultas	12	06	08
4 – 6 consultas	34	39	40
7 + consultas	304	291	261
Ignorado	00	01	02

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2022.

3.2.8 TIPO DE PARTO: CESÁREA E NORMAL

A Organização Mundial de Saúde preconiza, como proporção aceitável de partos cesarianos, uma taxa correspondente de 10% à 15%, esta porcentagem está alicerçada na proporção de que apenas 15% da totalidade de partos mostram-se com indicação de cesariana para preservação da saúde materna ou fetal. A categorização dos grupos de Robson é dividida em 10 grupos, de acordo com as circunstâncias relacionadas à situação da gestante e da criança, como mostra a figura abaixo.

CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS DE ROBSON PARA PARTOS	
1	nulípara, gestação única, cefálica, ≥ 37 semanas, em trabalho de parto espontâneo.
2	nulípara, gestação única, cefálica, ≥ 37 semanas, com indução ou cesárea anterior ao trabalho de parto.
3	múltipara (sem antecedente de cesárea), gestação única, cefálica, ≥ 37 semanas, em trabalho de parto espontâneo.
4	múltipara (sem antecedente de cesárea), gestação única, cefálica, ≥ 37 semanas, com indução ou cesárea realizada antes do início do trabalho de parto.
5	com antecedente de cesárea, gestação única, cefálica ≥ 37 semanas.
6	todos partos pélvicos em nulíparas.
7	todos partos pélvicos em múltiparas (incluindo antecedente de cesárea).
8	todas as gestações múltiplas (incluindo antecedente de cesárea).
9	todas as apresentações anormais (incluindo antecedente de cesárea).
10	todas as gestações únicas, cefálicas, < 37 semanas (incluindo antecedente de cesárea).

Figura 1 - Grupos Robson para partos

Fonte: ROBSON, 2017.

Mediante a categorização dos partos ocorridos nos anos de 2019, 2020 e 2021, verifica-se que 59,3% deles ocorreram por meio de cesárea e que corresponde a 49,3% por parto vaginal.

Tabela 15 - Quantitativo de partos realizados

TIPO DE PARTO	2019	2020	2021
CESÁREA	210	213	198
VAGINAL	149	134	142

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2022.

Não é válido discutir com a gestante a melhor via de parto, o que compete ao profissional de saúde é orientar a respeito das vias para o nascimento, bem como, riscos e benefícios. Os resultados apontam a prevalência de partos cesáreos realizados no município, nos anos de 2019 e 2020, seguindo em declínio em 2021. Esse declínio é reflexo também da pandemia desencadeada pelo COVID-19, levando em consideração o tempo de hospitalização e permanência na unidade hospitalar, bem como, a contaminação de muitas mulheres sendo em ambientes comunitários ou hospitalares.

3.2.9 NÚMERO DE NASCIDOS VIVOS

De acordo com os dados coletados no SINASC (Sistema de Informação Sobre Nascidos Vivos), em 2019, nasceram 352 crianças vivas no município de Macaparana, sendo que essa média de nascidos vivos se manteve nos anos de 2020 e 2021, com 347 e 313 nascidos vivos respectivamente.

Tabela 16 - Referência dos nascidos vivos

ANO DE REFERÊNCIA	Quantidade de Nascidos Vivos
2019	352
2020	347
2021	313

Fonte: SINASC,2019.

4. CONCEITOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES QUE BALIZAM O PRIMEIRO PLANO DECENAL PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA DO MUNICÍPIO DE MACAPARANA.

4.1 MARCO LEGAL SOBRE A PRIMEIRA INFÂNCIA

Constitui Marco Legal para a Primeira Infância as Diretrizes Específicas de nossa Carta Magna voltadas para esse público, e demais Legislações em vigor que definem como Primeira Infância, toda a população menor de 72 meses: seis faixas etárias de um ano cada. Isso quer dizer que inclui toda a população até os cinco anos de idade. Pela Constituição Federal, esse é o público da Educação Infantil. De uma forma simplista, pode-se dizer que a Educação Infantil cobre toda a Primeira Infância.

Daí se faz necessário uma abordagem mais detalhada desse público. Além disso, há crianças nascendo todos os dias do ano. Logo, há crianças aniversariando todos os dias. Assim, no segundo ano da pré-escola, existem crianças que vão completar 6 anos e crianças com mais de 6 anos. Por óbvio, o tratamento entre elas será o mesmo. Assim, na prática, a Primeira Infância, pelo menos do ponto de vista da Educação, não termina exatamente aos 72 meses. Por que isso é relevante? O verdadeiro público da Educação infantil é estimado em função da data de seu nascimento: todos que nasceram até 31 de março, de 6 anos antes da data de referência, são alvo da Educação Infantil.

A Educação Infantil é o determinante de maior influência que o Estado e a sociedade podem oferecer à criança. O Marco Legal da Primeira Infância de Macaparana tem como diretriz: **“promover práticas pedagógicas norteadas pelos princípios da igualdade, da liberdade e da solidariedade, tendo por finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, afetivo, cognitivo, social, contribuindo para o exercício da cidadania”** como competência da Secretaria de Educação. Nesse contexto, vale ressaltar que o acesso à escola e à educação de qualidade é direito fundamental da criança para permitir o seu pleno desenvolvimento. Assim, pela abrangência da Educação Infantil no desenvolvimento da criança, propiciar vaga em creche e pré-escola deve ser uma prioridade das políticas públicas de nosso município.

Fazendo um paralelo para a cidade de Macaparana, observa-se o crescimento efetivo da Taxa de Escolarização. Por óbvio, quando a Taxa de Natalidade cresce, as matrículas aumentam, como pode ser visto abaixo, a taxa de escolarização tem crescimento efetivo.

O Plano Nacional da Educação (PNE), para 2015-2024, estabelece metas para pré-escola e creches, entre elas:

- Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade;
- Ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos, até o final da vigência deste PNE.

O Plano Municipal da Educação (PME), para 2015-2025, estabelece a mesma meta para a pré-escola e altera para 50% a oferta de creches.

Logo, as metas para Educação Infantil no município de Macaparana, a partir das partes desdobradas, apresentam dois indicadores a serem observados no processo de ampliação do atendimento, com registro no acompanhamento, monitoramento e avaliação no período de vigência do plano.

- Indicador 1A – Percentual de crianças de 4 a 5 anos na escola. Meta para o Brasil: 100%. Meta para o município de Macaparana: 100%

- Indicador 1B – Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola. Meta para o Brasil: 50%. Meta para o município de Macaparana: 50%.

Experiências exitosas na Educação Infantil são registradas pelo mundo, comprovando que atender às crianças nessa fase da vida produz resultados econômicos, com benefícios com raio de alcance que vai além do ciclo vital da demanda atendida interferindo nos campos, comportamental e atitudinal.

De acordo com SCHWEINHART et al (2005, p.2), o período de 0 a 6 anos de idade é o de maior otimização e resultado pois, 85% do desenvolvimento das capacidades intelectuais se dá até os 6 anos de idade.

Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996, também traz no seu bojo, orientações norteadoras para Educação Infantil, de modo a contemplar a universalização do ensino na Educação Básica, inclusive, atendendo “**crianças na idade da pré-escola**”, jovens e adultos, negros e índios, antes não contemplados na essência do direito pelas políticas educacionais.

Vale ressaltar que a Educação Infantil, conforme a legislação vigente é de obrigação exclusiva dos municípios, que segundo Buarque (2013, p.7) acabam tendo o atendimento comprometido, ao afirmar que: “a única forma de assegurar igualdade de oportunidades por meio de escolas públicas de qualidade em todo território nacional não será possível deixando a escola apenas nas mãos dos municípios, que além de pobres, são muito desiguais entre si”. Assim, só colocando as escolas nas mãos do Governo Federal e dos Estados juntamente com os municípios será possível garantir essa igualdade em todo território nacional.

Nessa abordagem, ainda segundo Tardif (2010, p.44), para qualquer nível de ensino educacional, “saber alguma coisa não é mais suficiente, é preciso saber ensinar”. Por isso o educar na Primeira Infância deve ser uma prioridade que todos que tem contato com a criança, sejam na família, na escola ou na comunidade a qual está inserida deve ter. Dessa maneira, a criança aprende o tempo todo, com todos que estão ao seu redor. E esse não deve ser apenas um processo de transmissão de saberes, mas sim, um contato direto e constante de saberes experienciais oriundos da prática cotidiana dos adultos ao seu redor, para que o aprendizado seja integral e aconteça ao longo da vida. Daí se faz necessário

formação inicial e continuada para os professores da educação infantil, monitores e auxiliares de creches. O conhecimento avança em ritmo bastante acelerado, o mundo está sofrendo grandes transformações, e é preciso acompanhar esses avanços para que tenhamos uma educação infantil pautada na qualidade. E para isso, precisamos de profissionais qualificados e valorizados em todos os aspectos, para cuidar da primeira infância.

Na perspectiva de alcançar as metas estabelecidas para a Educação Infantil, o município de Macaparana se propõe a adotar estratégias, visando ações de iniciativa própria e outras em regime de colaboração, seja da iniciativa pública, privada ou entidades não governamentais. E assim, elevar de 91,6% para, no mínimo, 93% o atendimento às crianças de 4 e 5 anos. E universalizar em 96% no primeiro triênio de vigência do plano, para que após esse período esse atendimento alcance os 100%. Já na creche, a meta é elevar de 23,4% para 50%, com elevação anual média de 2,6 p.p. até 2025, e após esse período, 4 pontos percentuais ano, garantindo capacidade gerencial no atendimento às crianças da Educação Infantil, assegurando padrões de qualidade e matrículas para essa etapa de ensino.

4.2 A PRIMEIRA INFÂNCIA COMO PRIORIDADE ABSOLUTA

A educação infantil no contexto das políticas públicas para a primeira infância é conquista, direito, dever, aprendizagem, desenvolvimento, interação, brincadeira, experimentação e, sobretudo, o reconhecimento da criança como um sujeito crítico e criativo que constrói sua identidade pessoal e coletiva, sua autonomia e atribui sentidos sobre o mundo, produzindo cultura.

Matrículas e demanda na Educação Infantil na Rede Municipal:

Macaparana, um dos Municípios do Estado de Pernambuco, contém uma população estimada, segundo os dados do IBGE, no ano 2010 de aproximadamente 25.564 habitantes.

A educação infantil vem crescendo em suas demandas, para tanto, faz-se necessário um olhar sensível a este público. Segundo dados do IBGE, Macaparana tem um total de 1179 crianças matriculadas na educação infantil, destas, têm-se

(515 + 132 = 647) crianças que foram matriculadas nas creches, enquanto que na pré-escola o quantitativo é de (664 + 140 = 804) estudantes. O total desta somatória inclui estudantes da rede municipal e privada. Frente a estes dados, é indispensável, que se priorize, políticas públicas que contemplem este público, em especial os mais vulneráveis.

Quantitativo de estabelecimentos de Educação Infantil:

O município de Macaparana dispõe de três creches, localizadas na cidade, das quais apenas duas estão em atividade. Em 2022, ambas atendem um quantitativo de 210 crianças, sendo 90 na Creche Vovó Santina e 120 na Creche Municipal Professora Maria das Graças Guedes de Andrade. Nas outras instituições de ensino, também são ofertadas vagas para a Educação Infantil, porém em um quantitativo menor em face a estrutura física das escolas.

Ao todo em 2021, na Rede Municipal foram efetivadas 432 matrículas de crianças em creches, e nas pré-escolas, teve-se o quantitativo de 517 crianças. Totalizando 949 estudantes da Educação Infantil, na Rede Pública Municipal de ensino.

A seguir apresentamos o quantitativo de alunos matriculados na educação infantil em 2022 na Rede Municipal de Ensino.

Tabela 17- Matrículas na Educação Infantil/Rede Municipal

REDE MUNICIPAL DE ENSINO	ENDEREÇO	CRECHE	PRÉ-ESCOLAR I	PRÉ-ESCOLAR II
Creche Profª Mª Das Graças G.de Andrade	Terra Prometida	85	21	9
Creche Vovó Santina	Conjunto Res. Moura Cavalcanti	62	21	13
Creche Joaquina Barbosa da Silva*	Rua Dr. Alberto José Bezerra	0	0	0
Escola Mínima Antônio de Moraes Andrade	Povoado de Lagoa Grande	30	10	7
Escola Mun. Antônia de Moraes Andrade	Engenho Balanço	9	6	2
Escola Joaquim Tavares Vieira de Melo	Povoado de Aburá	19	8	7
Escola Municipal Antônio Vicente de Andrade	Engenho Palma	8	6	5
Escola Mínima Benedito Gomes da Silva	Sítio Paquevira	11	18	10
Escola Mín. Coronel Antônio Francisco	Sítio Boqueirão	0	3	4
Escola Municipal de Referência Anita Moraes	Rua Dr. Alberto José Bezerra	42	32	32
Escola Mínima Dom Carlos Coelho	Vila Paquevira	7	4	3
Escola Mínima Edson Moury Fernandes	Povoado de Aburá	21	11	8
Escola Mun. Governador Moura Cavalcanti	Rua Bernardo Longo	52	46	64
Escola Mín. Paulo Fernando C. De M. Sobrinho	Sítio Pá Seca	20	11	3
Escola Mínima Manoel Gomes de Andrade	Sítio Monte Alegre	8	4	3
Escola Major Belarmino L. Pessoa de Melo	Engenho Limão	7	3	5
Escola Mínima Mizaél Pereira de Lira	Serra do Aburá	8	5	1
Escola Mínima Reverendo Antônio Carvalho	Povoado de Pirauá	13	6	6

Escola Mínima Tereza de Jesus	Sítio Coxos	14	2	4
Escola Municipal Terezinha Cavalcanti de Melo	Rua Dr. Antônio Xavier	0	29	48
Escola Mínima Vicente Gomes de Andrade	Povoado de Pirauá	39	15	17
Escola Municipal Severino Francisco da Silva*	Rua Benjamim Marins	0	0	0
TOTAL		455	261	251

Fonte: Educacenso 2022

Salientamos que se pretende construir um Centro Municipal Educacional de Educação Infantil com atendimento para crianças de 4 e 5 anos, pois diagnosticamos que as escolas municipais as quais ofertam a pré-escola não possuem infraestrutura adequada para esta etapa de ensino como: área para recreação, banheiros adequados, refeitórios, brinquedoteca, laboratório e jardim sensorial.

Rede de Ensino Privada a matrícula efetiva em 2022 totaliza 272 alunos, dos quais 144 são meninos e 128 são meninas. Destes, 132 são alunos de creche e 140 são da pré-escola, distribuídos em 5 escolas que oferecem a Educação Infantil, ambas localizadas na sede,

Tabela 18 - Matrículas na Educação Infantil/ Rede Privada

REDE DE ENSINO PRIVADA	ENDEREÇO	CRECHE 0 a 3 Anos	PRÉ-ESCOLAR 4 e 5 Anos
Centro Educacional Celsimar Cavalcante de Moraes	Rodovia PE 89, nº 160	32	21
Centro Educacional Mariano Cavalcante	Rua Governador Nilo Coelho, nº 198	12	39
Educandário Arcelina Barreto	Avenida Bernardo Longo, nº 200 A	18	19
Ensino João Francisco	Rua José Veríssimo Minarte, nº 50	48	34
Instituto Carlos Alberto	Rua Nossa Senhora do Amparo, nº 131	22	27
TOTAL		132	140

Fonte: Educacenso 2022

*A Creche Joaquina Barbosa da Silva está em fase de conclusão, por isso não apresenta números de matrículas efetivas, mas comportará cerca de 200 crianças em horário integral. Já a Escola Municipal Severino Francisco da Silva oferece apenas o Ensino Fundamental Anos Finais, sendo a única escola da Rede Municipal a funcionar em horário semi-integral.

- **Perfil de estudantes da Educação Infantil:**

No tocante ao perfil dos estudantes na educação infantil da rede municipal, destaca-se primeiramente que “o número de crianças por família mais vulnerável, é bem maior”.

Outro dado que se observa é que existe um quantitativo considerável de famílias no qual as mães são solteiras, a maioria desse grupo, sobrevive da remuneração do programa Federal Auxílio Brasil.

O município vem desenvolvendo e investindo, para que nossas crianças sejam valorizadas e bem assistidas, no que tange a Educação Infantil, levando em consideração que a mesma é determinante e fundamental para influenciar no desenvolvimento dessa faixa etária. Nesse sentido vale salientar que o acesso á escola é um direito fundamental e inviolável que possibilita o desenvolvimento social, intelectual e em todos os aspectos humanos.

- Qualificação da Educação Infantil: auto avaliação, espaços, materiais, tempo, relações de prática pedagógica.

-Promoção de formações continuadas, oficinas para os profissionais da Educação Infantil.

-Mapeamento das estruturas físicas e condições de trabalho das escolas e creches que ofertem Educação Infantil propondo mudanças de melhorias.

- Realização da Busca Ativa Escolar

- Encontros multidisciplinares com as famílias das crianças com deficiência em creches e escolas para apoio e orientação sobre o cuidado, a proteção e o desenvolvimento integral.

- Semana do Bebê

- Realização de palestras com as famílias (importância do aleitamento materno, alimentação saudável para todos, gravidez na adolescência, formação de vínculo e estimulação do bebê, nutrição, importância da vacinação, parentalidade, mortalidade infantil, educação infantil de qualidade, saúde bucal, primeiros socorros).

- Organização e montagem da brinquedoteca itinerante e hospital dos brinquedos.
- Contação de histórias e biblioteca itinerante (adaptados às crianças).
- Promoção de momentos de brincadeiras envolvendo família e escola.
- Formação e oficinas para os profissionais da educação infantil sobre: Primeiros Socorros, Higienização, Cuidar e Educar.
 - Campanha “Lavagem das Mãos”
- Orientação sobre os cuidados de higiene com as mãos de acordo com os materiais disponíveis na plataforma Crescendo Juntos no programa “Lavagem de mãos” (folders, vídeos explicativos sobre a forma correta de como lavar as mãos, cartilhas, cursos, guia de orientação de vivência do programa)
 - Campanha “Não violência nas escolas”
- Realização de palestras e campanhas de sensibilização para as crianças e famílias das creches e escolas.
- Promoção de atividades artísticas e culturais para dirimir as situações de violência.
- Caminhada em defesa da cultura de paz nas escolas, creches e comunidade.
 - Espaços para as crianças vivenciarem o BRINCAR.
- Criação de áreas de recreação infantil nas creches, escolas e nos bairros da cidade para as crianças de 0 a 5 anos.

4.3 O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA

É de suma importância que o brincar seja visto como instrumento de aprendizagem e elemento fundamental no desenvolvimento infantil. Além de ser um direito garantido, as crianças são seres em desenvolvimento constante, cada um com seu tempo e evolução. É através das brincadeiras que as crianças conseguem se desenvolver, possibilitando de forma positiva o processo de aprendizagem. Além disso, o brincar estimula a comunicação, a reflexão, a autonomia e a criatividade.

O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento (FERNÁNDEZ, 2001, p.12).

Na educação infantil é de relevante importância se apropriar de uma visão clara que o brincar possibilita o desenvolvimento integral nos aspectos emocional, afetivo, cognitivo, físico, social e cultural. É preciso que os adultos desconstruam a ideia que a criança enquanto brinca está sem fazer nada, pois durante a brincadeira ela se esforça para realizá-la da mesma forma como se estivesse aprendendo a andar, a comer, a falar, a tomar banho entre outras ações que elas executam.

No trabalho realizado nas creches e nas turmas de educação infantil se faz necessário sensibilizar toda a comunidade escolar, os aspectos e a ludicidade que o brincar traz ao ser realizado nas atividades cotidianas dessas crianças.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (BRASIL, 1998, p.27, v.01):

O principal indicador da brincadeira, entre as crianças, é o papel que assumem enquanto brincam. Ao adotar outros papéis na brincadeira, as crianças agem frente à realidade de maneira não-literal, transferindo e substituindo suas ações cotidianas pelas ações e características do papel assumido, utilizando-se de objetos substitutos.

Em nossas instituições municipais de creches e unidades escolares que oferecem a Educação Infantil do maternal ao pré - escolar II, o brincar se caracteriza de forma singular, dentro das atividades diárias, antes da introdução do conteúdo do dia, no intervalo e nas vivências comemorativas.

Os professores, monitores e auxiliares estão sempre atentos para trabalhar com as crianças de forma lúdica, criativa e interativa, seguindo o Currículo de Pernambuco da Educação Infantil no planejamento das aulas.

O brincar é um dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento que aparece no Currículo de Pernambuco da Educação Infantil (2019) com um objetivo específico dentro de cada campo de experiência:

- O EU, O OUTRO E O NÓS: BRINCAR com diferentes parceiros, envolver-se em variadas brincadeiras e jogos de regras, reconhecer o sentido de singular, do coletivo, da autonomia e da solidariedade, constituindo as culturas infantis.

- CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS: BRINCAR utilizando movimentos para se expressar, explorar espaços, objetos e situações, imitar, jogar, imaginar, interagir e utilizar criativamente o repertório da cultura corporal e do movimento.

- ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO: BRINCAR com parlendas trava-línguas, adivinhas, textos de memória, rodas, brincadeiras cantadas e jogos, ampliando o repertório das manifestações culturais da tradição local e de outras culturas, enriquecendo a linguagem oral, corporal, enriquecendo a linguagem oral, corporal, musical, dramática, escrita, dentre outras.

-TRAÇOS, SONS, CORES, E FORMAS: BRINCAR com diferentes sons, ritmos, formas, cores, texturas, objetos, materiais, construindo cenários e indumentárias para brincadeiras de faz de conta, encenações ou para festas tradicionais, enriquecendo seu repertório e desenvolvendo seu senso estético.

- ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES: BRINCAR com materiais e objetos cotidianos, associados a diferentes papéis ou cenas sociais, e com elementos da natureza que apresentam diversidade de formas, cheiros, cores, tamanhos, pesos, densidades, experimentando possibilidades de transformação.

Nosso maior desafio na oferta do brincar como objeto de aprendizagem durante a etapa de ensino, Educação Infantil, é a falta de estrutura física das creches e das escolas, o que dificulta o oferecimento de um ambiente para as brincadeiras, para montagem de um parquinho e até mesmo uma possível brinquedoteca para as crianças.

A falta de brinquedos, jogos e objetos que possibilitam a realização dos momentos de brincadeiras também é uma dificuldade constante. Porém existem outras maneiras de fazer acontecer o brincar durante o período escolar.

Nas formações continuadas oferecidas aos profissionais da Educação Infantil, as orientações dadas são que façam adaptações nos ambientes escolares para que essas brincadeiras venham a acontecer, como confeccionar objetos e jogos com materiais reciclados ou até mesmo restaurar brinquedos quebrados das próprias crianças.

Além das brincadeiras envolvendo brinquedos, a realização dos momentos das contações de histórias é necessária nesse cenário de brincadeiras, a encenação de histórias, a dramatização, o teatrinho, a musicalização são recursos que auxiliam no desenvolvimento da criança.

[...] As crianças desenvolvem a sua imaginação sistematicamente a partir do que observam, experimentam, ouvem e interpretam da sua experiência vital, ao mesmo tempo que as situações que imaginam lhes permite compreender o que observam, interpretando novas situações e experiências de modo fantasista, até incorporarem como experiência vivida e interpretada (SARMENTO, 2002, p.12)

Através das contações de histórias e suas representações, a criança muitas vezes reproduz e compreende situações diárias de sua vida, nas brincadeiras, ela representa suas alegrias e frustrações, por exemplo, quando ela brinca que vai cuidar da boneca que está doente ela expressa experiências já vivenciadas por ela e trata com cuidado, usa termos comuns a situação da brincadeira e explica a boneca que ela tem que tomar remédio para ficar boa logo.

O brincar é o fundamento da exploração intelectual. É como as crianças aprendem a aprender. Habilidades essenciais para o sucesso acadêmico e para a produtividade na força de trabalho, tais como solução de problemas, raciocínio e alfabetização se desenvolvem por meio de variados tipos de brincadeiras, da mesma forma que habilidades sociais como cooperação e compartilhamento (LINN, 2010, p. 26).

A criança quando brinca cria situações imaginárias, representa famílias, pai, mãe, filho, utiliza objetos e lugares e os transforma de acordo com a brincadeira seja ela de casinha, de escolinha ela utiliza almofadas, escovas, bonecas diversos objetos e representa aquilo que deseja naquele momento. A criatividade, o raciocínio, noções de espaço, leitura, são infinitas as possibilidades de desenvolvimento da criança através de uma simples ação que é o brincar, por isso ela deve sempre estar associada às práticas e situações didáticas propostas pelos profissionais da Educação Infantil, pois “a brincadeira é um espaço de inovação para a criança que experimenta comportamentos novos para ela, desenvolvendo sua criatividade, que é essencial para a descoberta de suas competências” (MEYER, 2003, p.41). Ela aprende a socializar, interpretar o mundo à sua volta, a resolver problemas, a tomar iniciativas e decisões.

5. EIXOS ESTRATÉGICOS

Demonstram-se, na sequência, os eixos estratégicos e suas respectivas metas do Plano Municipal pela Primeira infância de Macaparana.

No dia 15 do mês de junho de 2022 foi realizado no município de Macaparana o Primeiro Fórum Comunitário edição 2022 – 2024, com a estratégia de fortalecer as políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente. Neste fórum foram trabalhados os sete eixos sistêmicos, dos quais o primeiro estava voltado a primeira infância.

• EIXOS ESTRATÉGICOS – DIREITO À EDUCAÇÃO

1. AMPLIAÇÃO DE VAGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, GARANTIA DO DIREITO À PERMANÊNCIA E QUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE UNIDADES ESCOLARES;	PRAZO	RESPONSÁVEL
1.1 Ampliar a oferta de vagas na educação infantil de Macaparana de acordo com as metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação, ampliando na rede municipal as unidades existentes, construindo novas sedes ampliadas de unidades existentes e novas unidades, zerando a demanda reprimida.	2022-2032	Secretaria de Educação
1.2 Acompanhar a matrícula e a frequência das crianças na educação infantil, implementando protocolo de registro, advertências e denúncias aos órgãos competentes, quando se fizer necessário, para garantir o direito à educação e à integridade da criança.	2022-2032	Secretaria de Educação
1.3 Implementar através de portaria normativa específica, procedimento para elaboração de diagnóstico de identificação de crianças não matriculadas em idade pré-escolar, a ser feito anualmente, relacionando os dados obtidos com o número de vagas ofertadas pelo poder público, garantindo a matrícula das crianças não matriculadas identificadas no diagnóstico através da BUSCA ATIVA ESCOLAR.	2022-2032	Secretaria de Educação

1.4 Tornar todas as unidades de educação infantil das redes pública e privada acessíveis para pessoas com deficiência.	2022-2032	Prefeitura/ Rede Privada
1.5 Intensificar a fiscalização das escolas privadas de educação infantil no atendimento às normas e leis da educação inclusiva, através da legislação em vigor.	2022-2032	Secretaria de Educação
1.6 Garantir a prioridade da matrícula na rede municipal para as crianças em situação de vulnerabilidade e risco social e demais situações previstas em normativas legais.	2022-2032	Secretaria de Educação
1.7 Construir e qualificar os parques infantis das unidades de educação infantil da rede municipal, tornando-os espaços adequados à Política de Ensino da rede e seguros e acessíveis do ponto de vista físico.	2022-2032	Prefeitura
1.8 Qualificar a estrutura das unidades da rede municipal, de acordo com padrões de qualidade, garantindo a oferta de espaços pedagógicos adequados e acessíveis para a leitura, para o desenvolvimento da psicomotricidade dos estudantes, espaços tecnológicos e contato com a natureza.	2022-2032	Prefeitura
1.9 Equipar as unidades educacionais da educação infantil municipais com artefatos tecnológicos adequados à Primeira Infância.	2022-2032	Prefeitura
1.10 Publicizar padrões de infraestrutura e diretrizes arquitetônicas que fundamentem a elaboração de projetos novos de educação infantil, considerando as especificidades da infância, o direito de brincar, a acessibilidade e a necessidade de conviver com a natureza.	2022-2032	Prefeitura

2. AMPLIAÇÃO DA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE ESCOLAR	PRAZO	RESPONSÁVEL
<p>2.1 Estabelecer programa, através de lei municipal, nas redes públicas e privadas, que oriente as unidades escolares a envolverem as famílias em um ciclo formativo continuado de Relações Parentais Positivas, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O papel da escola junto com a família; - Escuta qualificada; - Estímulo ao fortalecimento das redes de apoio; - A importância dos cuidados na primeira infância; - Cuidados com a higiene; - O combate ao machismo e a masculinidade tóxica; - O combate à violência e ao abuso infantil; - Incentivo à leitura em família, contação de histórias; - A importância da participação da família na vida escolar; - Engajamento e voluntariado; - Trabalhabilidade; - Paternidade responsável; - Divisão justa do trabalho doméstico. 	2022-2032	Secretaria de Educação/ RedePrivada
<p>2.2 Realizar estas atividades em horários alternativos para incentivar frequência e permanência do aluno na escola.</p>	2022-2032	Secretaria de Educação/Re dePrivada
<p>2.3 Fortalecer o papel dos conselhos escolares das unidades de educação infantil da rede municipal, ofertando um processo de formação continuada para os conselheiros.</p>	2022-2032	Secretaria de Educação

3. VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO	PRAZO	RESPONSÁVEL
<p>3.1 Inserir nas políticas de formação continuada, priorizando a formação acadêmica e a garantia do desenvolvimento dos conhecimentos relacionados à primeira infância para os docentes, auxiliares de desenvolvimento infantil e demais profissionais da educação das unidades escolares de educação infantil das redes municipais e privadas. A formação deve incluir ostemas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A importância do brincar, do faz de conta; - Desenvolvimento de funções executivas; - Pesquisas científicas recentes sobre neurodesenvolvimento; - Educação inclusiva; - Prevenção contra violências e abusos sexuais contra as crianças. 	2022-2032	Secretaria de Educação/ Redeprivada
<p>3.2 Manter os planos de carreiras dos servidores públicos profissionais da educação atualizados e investir no reconhecimento e valorização dos profissionais que trabalham na etapa da educação infantil, seguindo as metas inseridas no Plano Municipal de Educação.</p>	2022-2032	Secretaria de Educação
<p>3.3 Reconhecer através de lei e valorizar a importância pedagógica do trabalho dos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil da rede municipal, mantendo uma formação e uma carreira compatível com as funções desempenhadas e incentivando a elevação do nível de formação dos mesmos.</p>	2022-2032	Secretaria de Educação
<p>3.4 Oferecer formações online ou presenciais abertas para professores e profissionais de educação de redes conveniadas, privadas e estudantes de Pedagogia. Oferecer formações também para servidores de secretarias correlatas, parceiras, como a saúde, assistência social, habitação, cultura, urbanismo.</p>	2022-2032	Secretaria de Educação

4. PROMOÇÃO E FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS	PRAZO	RESPONSÁVEL
4.1 Investir, anualmente, em materiais didáticos como brinquedos, jogos, livros, tintas, massas de modelar, papel A6, adequados à etapa de educação infantil, para apoiar o trabalho do professor durante o processo de ensino aprendizagem.	2022-2032	Secretaria de Educação/Rede Privada
4.2 Manter e fortalecer nas unidades educacionais da educação infantil municipal os programas pedagógicos com foco em tecnologias adequadas à Primeira Infância, com foco em competências digitais, com acompanhamento sistêmico.	2022-2032	Secretaria de Educação
4.3 Fortalecer e manter atualizada a Política de Ensino da Rede Municipal, no tocante ao desenvolvimento integral da criança: motricidade, artes, música, o brincar, a afetividade e demais aspectos.	2022-2032	Secretaria de Educação
4.4 Implementar Política de Avaliação Educacional na etapa de educação infantil municipal que observe e traga informações sobre o contexto das práticas pedagógicas e sobre o aprendizado dos estudantes, adotando um modelo que seja baseado nas dimensões dos indicadores da educação infantil (MEC/2009).	2022-2032	Secretaria de Educação
4.5 Fortalecer o PSE (Programa Saúde na Escola) na etapa da educação infantil da rede municipal, focando no acompanhamento de marcadores de crescimento e desenvolvimento.	2022-2032	Secretaria de Educação
4.6 Criar protocolo de priorização de atendimento junto à Secretaria de Saúde, principalmente em demandas de atendimento psicológico e ampliar a oferta de serviço público de diagnóstico precoce de crianças com deficiência.	2022-2032	Secretaria de Educação

4.7 Realizar um acompanhamento de gestão e pedagógico específico para as unidades de educação infantil da rede municipal, através de relatórios produzidos em conjunto entre a equipe técnica da secretaria e a gestão escolar.	2022-2032	Secretaria de Educação
4.8 Garantir que todas as creches tenham atendimento integral, aperfeiçoando o modelo de atendimento diurno, garantindo a qualidade do trabalho pedagógico durante todos os horários.	2022-2032	Secretaria de Educação
4.9 Garantir alimentação escolar para estudantes de educação infantil de acordo com o Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e com padrões nacionais de nutrição e alimentação escolar especial para os estudantes com necessidades específicas, bem como oferecer assessoria de nutricionistas para a gestão escolar na orientação às famílias.	2022-2032	Secretaria de Educação/ Redeprivada/ Conveniadas
4.10 Implantar normativa, através de instrumento específico da Secretaria de Educação Municipal, que garanta que pelo menos um profissional da equipe gestora ou da equipe docente possua especialização em psicopedagogia, educação infantil; neuropsicopedagogia; psicomotricidade ou Neuropedagogia, para orientação escolar nas unidades de educação infantil.	2022-2032	Secretaria de Educação

5. ATENÇÃO E FORTALECIMENTO À CULTURA	PRAZO	RESPONSÁVEL
5.1. Promover e apoiar a realização de eventos culturais descentralizados voltados para o público da primeira infância nos equipamentos da cidade.	2022-2032	Secretaria de Cultura
5.2. Apoiar iniciativas que priorizem o acesso de crianças da primeira infância vítimas de violência, assim como as que encontram-se em situação de acolhimento institucional, nas atividades e eventos culturais.	2022-2032	Secretaria de Ação Social

5.3. Promover e incentivar a produção artística, bem como uma agenda cultural gratuita em todo o território da cidade, para o público da primeira infância, favorecendo o contato com as mais variadas formas de arte e cultura local como teatro, cinema, música e exposições artísticas.	2022-2032	Secretaria de Cultura
5.4. Estimular a cultura local e produções artísticas por meio de parcerias com entidades, empresas, organizações com foco na primeira infância.	2022-2032	Secretaria de Cultura
5.5. Ampliar a oferta e a divulgação de eventos culturais voltados para a primeira infância nas áreas de maior vulnerabilidade social.	2022-2032	Secretaria de Cultura
5.6 Promover atividades educativas sobre trabalho infantil, exploração sexual da criança e do adolescente e temas que abrangem a violação dos Direitos Humanos na Primeira Infância, usando os diferentes tipos de linguagens das artes (música, teatro, dança e artes visuais), priorizando os grupos de cultura popular.	2022-2032	Secretaria de Educação

- **EIXOS ESTRATÉGICOS – DIREITO À SAÚDE**

1. ATENÇÃO À GESTAÇÃO, PARTO, NASCIMENTO E AO RECÉM-NASCIDO	PRAZO	RESPONSÁVEL
1.1 Ampliar a cobertura da Estratégia de Saúde da Família.	2022-2032	Secretaria de Saúde
1.2 Requalificar as Unidades de Saúde da Família existentes.	2022-2032	Secretaria de Saúde
1.3 Ampliar o quantitativo dos Agentes Comunitários de Saúde ACS de acordo com a necessidade territorial.	2022-2032	Secretaria de Saúde
1.4 Garantir os direitos sexuais e reprodutivo as mulheres e homens com a oferta de planejamento reprodutivo.	2022-2032	Secretaria de Saúde

1.5 Executar atividades educativas nas unidades de Atenção Básica, voltadas para prevenção da gravidez na adolescência.	2022-2032	Secretaria deSaúde
1.6 Garantir a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher.	2022-2032	Secretaria deSaúde
1.7 Ampliar a oferta de laqueadura tubária.	2022-2032	Secretaria deSaúde
1.8 Implementar a inserção do DIU as mulheres que desejem, pós parto/aborto.	2022-2032	Secretaria deSaúde
1.9 Ampliar e qualificar o acesso ao pré-natal de risco habitual e de alto risco.	2022-2032	Secretaria deSaúde
1.10 Implantar a linha de cuidado das mulheres com hipertensão arterial sistêmica no período gestacional.	2022-2032	Secretaria deSaúde
1.11 Implementar e ampliar o pré-natal do parceiro.	2022-2032	Secretaria deSaúde
1.12 Assegurar as consultas odontológicas durante a gestação.	2022-2032	Secretaria deSaúde
1.13 Fortalecer os grupos de gestantes nas unidades de Atenção Básicas de Saúde.	2022-2032	Secretaria deSaúde
1.14 Promover a captação e tratamento, se necessário, dos parceiros e gestantes com teste rápido de sífilis positivo.	2022-2032	Secretaria deSaúde
1.15 Promover a estimulação do vínculo mãe- bebê, nas consultas de pré-natal e atividades do Programa Mãe Coruja.	2022-2032	Secretaria deSaúde
1.16 Fortalecer as visitas e consultas puerperais realizadas pelas equipes das Unidades Básicas de Saúde.	2022-2032	Secretaria deSaúde

1.17 Expandir, na rede de saúde mental, o acompanhamento psicológico para gestantes, puérperas ou familiares cuidadores de crianças, que apresentem transtornos mentais.	2022-2032	Secretaria de Saúde
--	-----------	---------------------

2. PROMOÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CRESCIMENTO E DO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA	PRAZO	RESPONSÁVEL
2.1 Fortalecer as consultas de puericultura na Atenção Primária a Saúde.	2022-2032	Secretaria de Saúde
2.2 Qualificar o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da Primeira Infância.	2022-2032	Secretaria de Saúde
2.3 Orientar as famílias, sobre as fases do desenvolvimento infantil utilizando como instrumento a caderneta da criança.	2022-2032	Secretaria de Saúde
2.4 Ampliar e qualificar as visitas e consultas domiciliares realizadas as gestantes e crianças para orientação e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento na Primeira Infância.	2022-2032	Secretaria de Saúde
2.5 Promover rodas de conversas e cursos para gestantes e famílias sobre a importância da estimulação do desenvolvimento das crianças na Primeira Infância.	2022-2032	Secretaria de Saúde
2.6 Implementar as ações intersetoriais do Programa Mãe Coruja Macaparana, promovendo atividades às famílias.	2022-2032	Secretaria de Saúde Municipal e Estadual
2.7 Realizar atendimento terapêutico em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), ofertando os atendimentos.	2022-2032	Secretaria de Saúde

3. ATENÇÃO INTEGRAL A CRIANÇAS COM AGRAVOS PREVALENTES NA INFÂNCIA E COM DOENÇAS CRÔNICAS	PRAZO	RESPONSÁVEL
3.1 Ampliar a cobertura e fortalecer o Programa Saúde na Escola (PSE) e as suas atividades de promoção da saúde.	2022-2032	Secretaria de Saúde
3.2 Garantir as vacinas, nas Unidades de Saúde, conforme previsto no calendário vacinal do Ministério da Saúde.	2022-2032	Secretaria de Saúde
3.3 Prevenir a transmissão vertical do HIV e sífilis.	2022-2032	Secretaria de Saúde
3.4 Garantir atendimentos odontológicos rotineiramente para as crianças.	2022-2032	Secretaria de Saúde
3.5 Realizar campanhas publicitárias voltadas à comunidade sobre a importância da atualização das vacinas.	2022-2032	Secretaria de Saúde
3.6 Realizar BUSCA ATIVA das crianças com vacinação em atraso para atualização do calendário de vacinal.	2022-2032	Secretaria de Saúde

4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL	PRAZO	RESPONSÁVEL
4.1 Realizar treinamento para as equipes de Atenção Primária à saúde para utilização do protocolo de saúde da mulher.	2022-2032	Secretaria de Saúde
4.2 Realizar treinamento para as equipes em técnicas de metodologias de trabalho em grupos, implementando esses espaços no território.	2022-2032	Secretaria de Saúde

4.3 Realizar curso de Manejo da Amamentação.	2022-2032	Secretaria de Saúde
4.4 Promover formação continuada para os profissionais de saúde sobre a importância da Primeira Infância no desenvolvimento da criança.	2022-2032	Secretaria de Saúde
4.5 Promover formação para profissionais de saúde sobre a prevenção e enfrentamento às violências sexuais contra crianças.	2022-2032	Secretaria de Saúde
8.10 Capacitar os profissionais para manejo clínico da sífilis.	2022-2032	Secretaria de Saúde

5. VIGILÂNCIA DO ÓBITO FETAL E INFANTIL	PRAZO	RESPONSÁVEL
5.1 Implementar estratégias que contribuam na redução das taxas de mortalidade neonatal e infantil e as principais morbidades.	2022-2032	Secretaria de Saúde
5.2 Fortalecer o processo de notificação e investigação dos óbitos fetais e infantis, em tempo oportuno, identificando por meio dessas possíveis dificuldades de acesso à rede de atenção à saúde.	2022-2032	Secretaria de Saúde
5.3 Implantar o grupo técnico de discussão de óbitos fetais e infantis no município, para debater em tempo oportuno todos os óbitos fetais e infantis, com os profissionais da Atenção Básica e Hospitais envolvidos no caso, possibilitando a reflexão sobre as barreiras na assistência à saúde das mulheres e suas crianças na corresponsabilização com o cuidado.	2022-2032	Secretaria de Saúde
5.4 Divulgar e discutir em diversos espaços como fóruns, reuniões dos Conselhos Municipais de Saúde e Coordenações Municipais de Saúde a situação da morbimortalidade infantil na cidade como instrumento de reflexão sobre as Políticas Públicas voltadas à Primeira Infância.	2022-2032	Secretaria de Saúde

• **EIXOS ESTRATÉGICOS – ASSISTÊNCIA SOCIAL**

1. DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	PRAZO	RESPONSÁVEL
1.1 Realizar formação continuada para os profissionais da Assistência Social que lidam com a primeira infância, com periodicidade mínima anual.	2022-2032	Assistência Social
1.2 Ampliar a cobertura da Assistência Social, com aumento dos Equipamentos do CRAS e CREAS, bem como Programas e Serviços correspondentes, com garantia de Equipes Técnicas adequadas ao atendimento, considerando a proporção populacional e priorizando as áreas de maior vulnerabilidade identificadas pelo diagnóstico que embasou a construção deste Plano.	2022-2032	Assistência Social
1.3 Ampliar e fortalecer o Programa Primeira Infância no SUAS, garantindo o acompanhamento próximo das crianças e suas famílias em suas casas, por meio de um mapeamento das famílias onde as crianças de 0 a 6 anos de idade estão inseridas, para, assim, conhecer as condições em que vivem, contemplando os aspectos sociais e emocionais, bem como garantir que a equipe dos educadores sociais possa, periodicamente, visitar as famílias e, através de registros, criar um histórico de cada criança na primeira infância.	2022-2032	Assistência Social
1.4 Acompanhar as crianças que estão em serviços de acolhimento e Acolhimento Familiar (Família Acolhedora qualificada)	2022-2032	Assistência Social
1.5 Fortalecer as entidades não governamentais que trabalham com crianças e adolescentes, a fim de garantir a execução de Programas, Projetos e Serviços voltados para a Primeira Infância.	2022-2032	Assistência Social/COMDICA
1.6 Acompanhar, regularmente, as famílias que possuem crianças na idade da primeira infância, priorizando situações de vulnerabilidade social, garantindo atendimento humanizado às mesmas.	2022-2032	Assistência Social

1.7 Realizar busca ativa, por meio da comunicação de registros de nascimento dos cartórios e/ou sistema de informações da saúde, a fim de que as famílias possam ser cadastradas nas políticas públicas para a primeira infância.	2022-2032	Assistência Social/ Saúde/Educação
1.8 Formação continuada de profissionais de Saúde, Educação, Assistência Social, em prol da primeira infância, com periodicidade mínima anual.	2022-2032	Assistência Social/Saúde e Educação
1.9 Oferecer a proteção integral a crianças na primeira infância, articulando-se com os órgãos responsáveis, como: conselho tutelar, agentes comunitários de saúde e espaços educacionais, dentre outros.	2022-2032	Assistência Social/ Saúde/Educação/ Conselho Tutelar
1.10 Ampliar a cobertura das ações e serviços da política de segurança alimentar.	2022-2032	Assistência Social
1.11 Aprimorar estratégias de intervenção para crianças em situação de rua e suas famílias e outras situações de risco, em articulação com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, utilizando do espaço dos Grupos de Trabalho de Risco, com reuniões mensais, onde são pautados os casos mais complexos, envolvendo equipes: CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Educação, Saúde, Ministério Público, COMDICA e outros.	2022-2032	Assistência Social, Saúde, Educação/ Conselho Tutelar/ COMDICA
1.12 Promover, através das Equipes dos CRAS, encontros e formar grupos de convivência de pais ou responsáveis pelas crianças, nos moldes do Programa Primeira Infância no SUAS, para juntos debaterem, exporem suas experiências e buscarem/apresentarem/socializarem sugestões de ações em benefício e valorização do convívio social em geral.	2022-2032	Assistência Social
1.13 Investir em formação para todos aqueles atores que trabalham com crianças sejam da área da Assistência Social, Saúde ou Educação. Formar pessoas para que elas dentro de suas áreas saibam como lidar com as crianças na primeira infância e suas especificidades.	2022-2032	Assistência Social, Saúde e Educação

2. DIVERSIDADE E INCLUSÃO	PRAZO	RESPONSÁVEL
2.1 Orientar e conscientizar a todas as pessoas que trabalham com ou cuidam de crianças sobre a importância do respeito à diversidade, desde a primeira infância, considerando questões de: identidade de gênero, orientação sexual, raça-etnia, deficiência, religiosidade, a fim de garantir a livre escolha de cores, brinquedos e não reproduzir nas crianças as culturas: machista, racista, e da intolerância religiosa.	2022-2032	Assistência Social
2.2 Preparar todos/as os/as profissionais que lidam com crianças a lidar com todas elas, inclusive, as crianças com diversos tipos de deficiência.	2022-2032	Assistência Social
2.3 Implantar uma equipe multisetorial de intervenção precoce e atuação em loco aliando (Educação, Saúde e Assistência Social), a fim de atender a diversidade da necessidade das crianças de Macaparana no que diz respeito: microcefalia proveniente da Síndrome Congênita do Zika Vírus; vulnerabilidade (fome, higiene, assédio, trabalho infantil); e Crianças com deficiência.	2022-2032	Assistência Social, Saúde e Educação
2.4 Fomentar o uso de materiais pedagógicos para a Educação Infantil e outros espaços onde se promova o brincar.	2022-2032	Assistência Social, Saúde, Educação
2.5 Estabelecer programas de atendimento voltados para crianças indígenas, contemplando as particularidades da cultura do seu povo.	2022-2032	Assistência Social

3. PROTEÇÃO CONTRA ACIDENTES	PRAZO	RESPONSÁVEL
3.1 Reforçar a temática da prevenção de acidentes na qualificação e sensibilização das equipes de atenção básica na Saúde e na proteção social básica na Assistência Social para a realização de visitas domiciliares, desde a gravidez, como também a primeira semana de vida, priorizando os casos de gravidez na adolescência.	2022-2032	Assistência Social e Saúde

<p>3.2 Realizar campanhas educativas, informativas e de comunicação à população, abordando a importância da prevenção de acidentes (em especial acidentes domésticos) para uma infância saudável, focando nas particularidades do desenvolvimento físico e psicológico infantil, em que a criança é mais suscetível de sofrer lesão não intencional.</p>	2022-2032	Assistência Social,
<p>3.3 Efetivar a Educação de Trânsito de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, de forma constante e não pontual, com foco na Educação Infantil e na Formação Continuada de Professores, a fim de que possa ser transmitida a importância de se evitarem acidentes no trânsito a crianças e suas famílias.</p>	2022-2032	Assistência Social/ Educação

4. CULTURA DE PAZ E NÃO VIOLÊNCIA	PRAZO	RESPONSÁVEL
<p>4.1 Orientar e acompanhar as crianças que sofrem maus tratos e abusos de seus responsáveis, garantindo a responsabilização dos/as autores/as da violência, mediante o encaminhamento aos órgãos competentes.</p>	2022-2032	Assistência Social, Saúde, Educação, Conselho Tutelar/Defensoria Pública/ Sociedade Civil/COMDICA
<p>4.2 Ampliar a atuação e o investimento no enfrentamento à qualquer tipo de violência doméstica contra crianças e adolescentes.</p>	2022-2032	Assistência Social
<p>4.3 Atender e acolher as crianças em situação de rua, através de CREAS e encaminhando para o Acolhimento Institucional, quando necessário, além de garantir acompanhamento psicológico e preventivo contra violência sexual e outras violências.</p>	2022-2032	Assistência Social, Saúde

<p>4.4 Promover diálogos com os pais sobre o perigo da violência sexual e seu dano psicológico (abordando o crime de estupro de vulnerável, tendo por base o Art. 217 A, do Código Penal), através do CREAS, promovendo também a articulação com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), a fim de garantir a abordagem da questão, de forma preventiva, junto às famílias atendidas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).</p>	2022-2032	Assistência Social
<p>4.5 Realizar a formação permanente de Profissionais da Educação, Saúde e Assistência Social, sobre a prevenção e enfrentamento das violências sexuais contra crianças e promoção da autoproteção.</p>	2022-2032	Assistência Social, Saúde e Educação
<p>4.6 Trabalhar com as famílias para a promoção dos bons tratos na primeira infância, e a prevenção das violências, já que a proteção da criança deve começar no lar.</p>	2022-2032	Assistência Social, Saúde e Educação/Conselho Tutelar
<p>4.7 Fortalecer os Conselhos Tutelares, sua estrutura de funcionamento, bem como suas ações e métodos de trabalho, através da garantia de formação continuada, inclusive, sobre a operação do Sistema de Informação Para a Infância e Adolescência (SIPIA), a fim de possibilitar a alimentação desse Banco de Dados, que é um instrumento de informação importante para a construção e o monitoramento das políticas públicas voltadas para o segmento.</p>	2022-2032	Assistência Social/ Conselho Tutelar
<p>4.8 Realizar campanha para coibir o abuso infantil na primeira infância, destinada a toda a sociedade, a fim de evitar a subnotificação dos casos, estimulando as denúncias para a proteção às crianças, através: do Disque 100, e dos Conselhos Tutelares.</p>	2022-2032	Assistência Social/ Conselho Tutelar
<p>4.9 Promover ações voltadas para a primeira infância, através da Política sobre drogas, com foco específico em gestantes (em especial as adolescentes) em situação de uso abusivo de drogas.</p>	2022-2032	Assistência Social
<p>4.10 Realizar formação continuada, anual, aos profissionais que atuam com crianças no sentido de que possam ter maiores conhecimentos sobre esse tema de violência e abuso na infância.</p>	2022-2032	Assistência Social/ Saúde/Educação

5. PROTEÇÃO CONTRA A PRESSÃO CONSUMISTA	PRAZO	RESPONSÁVEL
5.1 Sensibilizar as escolas públicas e particulares do município quanto à importância de desenvolverem ações pedagógicas voltadas para discussões sobre os valores e hábitos da sociedade de consumo, estimulando o consumo responsável e consciente, contra o consumismo na infância e visando a sustentabilidade do planeta.	2022-2032	Educação, Saúde e Secretaria de Meio Ambiente
5.2 Promover debates sobre a exposição precoce de crianças à mídia, em todos os setores da sociedade, mas especialmente, junto a associações médicas, de psicólogos e de professores.	2020-2030	Direitos Humanos e Educação
5.3 Conscientizar os pais acerca dos males que o excesso do uso de telas pode causar, bem como informar sobre propostas alternativas à TV, ao computador e ao vídeo game, que podem e devem ser estimuladas nas crianças (brincadeiras que estimulem o movimento e a imaginação, como "faz-de-conta", excursões, teatros de bonecos, de fantoches, ao ar livre, etc.	2022-2032	Assistência Social/ Educação
5.4 Propor legislação municipal que regule o excesso do uso de telas por crianças, na primeira infância, tendo em vista os males que pode causar, sugerindo programas para informar à população sobre propostas alternativas à TV, ao computador e ao vídeo game.	2023-2025	Gabinete do Prefeito e Câmara Municipal
5.5 Fomentar a realização de Feiras de Troca de Brinquedos, em diversos espaços coletivos, públicos e privados e com diversos parceiros, durante a Semana do Bebê e a Semana do Brincar, a fim de fomentar novas práticas e refletir sobre o consumismo na infância.	2022-2032	Assistência Social

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES E DOS RESULTADOS DO PMPI

Para que um projeto seja exitoso, o monitoramento das ações, metas, indicadores e estratégias, são imprescindíveis. A execução das propostas estabelecidas no Primeiro Plano Decenal para a Primeira Infância de Macaparana serão acompanhadas e garantidas, tal como está explícito no Marco Legal da Primeira Infância. Dessa forma, o gerenciamento das ações e medidas voltadas à execução da Política da Primeira Infância visa garantir a implementação das propostas apresentadas no documento.

A execução e o acompanhamento das ações estabelecidas no PMPI/Macaparana tem caráter técnico e deve ser realizado por meio do *Comitê Gestor Intersetorial da Política Municipal Integrada Pela Primeira Infância do município*, composto pelo Gabinete do Prefeito e órgãos públicos responsáveis pelas políticas da Assistência Social, Direitos Humanos, Educação, Saúde, Esporte, Lazer, Desenvolvimento Sustentável, Segurança, Planejamento e Cultura.

No entanto, é importante salientar que o processo de monitoramento e transparência dos resultados das ações estabelecidas do PMPI/Macaparana deve ser concomitante ao de acompanhamento e realizado de forma compartilhada entre os diversos atores sociais, sendo eles: poder público, setor privado, organizações não governamentais e toda sociedade.

Dessa forma, a Prefeitura deve elaborar Relatório Anual detalhado do Primeiro Plano Decenal para a Primeira Infância de Macaparana com informações sobre os investimentos e gastos com a Primeira Infância, o progresso das ações previstas para o período em avaliação e o avanço dos resultados, através de indicadores de impactos finalísticos embasados no diagnóstico inicial.

O documento deve ser enviado e apresentado pela representação intersetorial responsável pela Primeira Infância e, posteriormente, à Comissão de Monitoramento do PMPI do Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente de Macaparana (COMDICA), órgão responsável e representativo do controle de políticas públicas para crianças e adolescentes. Após

análise do COMDICA, o documento deve ser enviado para a Câmara de Vereadores de Macaparana, que poderá solicitar reunião pública sobre o assunto.

A Edilidade Municipal deve se comprometer a dar visibilidade e transparência ao Relatório, comunicando a existência do documento, publicando na internet e, sempre que possível, promovendo debates sobre temáticas que estimulem e fortaleçam políticas públicas e iniciativas da sociedade civil voltadas para a primeira infância.

Para tal, o poder público precisa estruturar estratégias de longo prazo, definir metas, indicadores de monitoramento e avaliação, e planos de ação que sustentem a implementação de uma política urbana voltada à Primeira Infância, abordando todas as temáticas transversais que interferem no desenvolvimento de bebês e crianças, priorizando o espaço público como lugar de encontro e palco para o desenvolvimento das relações sociais.

O Plano Municipal para Primeira Infância de Macaparana propõe uma ação mais completa da intersetorialidade em todos os âmbitos de atuação. Todas as secretarias municipais que direta ou indiretamente tem a ver com as crianças (intersetorialidade interna), mais o Poder Legislativo Municipal, o Ministério Público, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos de Educação, saúde, assistência social, organizações da sociedade civil, associações e grupos não formais, consolidam a prática intersetorial.

Diante do exposto, entende-se que o processo de monitoramento e transparência dos resultados das ações estabelecidas do PMPI/Macaparana deve ser concomitante ao de acompanhamento e realizado de forma compartilhada entre os diversos atores sociais, sendo eles: poder público, setor privado, organizações não governamentais, sociedade e família.

Anualmente, a Prefeitura deve elaborar Relatório Anual detalhado do Primeiro Plano Decenal para a Primeira Infância de Macaparana com informações sobre os investimentos e gastos com a Primeira Infância, o progresso das ações previstas para o período em avaliação e o avanço dos resultados, através de indicadores de impactos finalísticos embasados no diagnóstico inicial.

ANEXO I

ROTEIRO PARA ESCUTA E ENTREVISTA COM AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO				
Município: Macaparana -PE Instituição: Creche Vovó Santana Quem realizou a atividade: () professor(a) () gestor(a) (x) toda a equipe da unidade Data de realização da atividade: 24/08/2022 Número de crianças envolvidas na atividade: 10 Idade das crianças: 5 anos				
<p>Roteiro de questões da Roda de Conversa - registre aqui as questões que você fará às crianças (lembre-se que você poderá ter entre 6 a 10 questões)</p> <p>1-Você acha sua escola bonita? 2-O que não acha bonito? 3-Vocês podem brincar todo dia no parque? 4- As cadeiras e mesas de sua sala têm um tamanho bom para você e seus colegas? 5- Vocês mudariam algo nos móveis da sua escola? O que? 6- Você e seus colegas têm espaços onde podem correr, brincar no chão e pular? 7-Você pode ir ao banheiro sempre que fica com vontade? 8- Você pode ir beber água sempre que fica com vontade? 9- Os seus desenhos, pinturas e as atividades legais que vocês fazem são colocadas nas paredes das salas e da escola? 10- O que você gostaria que tivesse nas paredes da sua sala e da escola?</p>				
Modelo de plano de ação				
Dimensões	Problemas identificados pelas crianças	Ações propostas pelos adultos e crianças	Adultos responsáveis pelo encaminhamento das ações	Prazo
Espaços, materiais e mobiliário	Relataram não gostarem quando a sala está com sujeira.	Nós realizamos um momento de acolhida, onde todos se apresentaram. Em seguida convidamos as crianças para cantar a canção da (pipoquinha)gesticulando os passos. Após este	Janaina e Dulcinéia	Hora: 13:30 à 15:30

		<p>momento realizamos uma dinâmica, dividimos a turma em duas equipes e a brincadeira começou, uma equipe lançava bolinhas de papel na outra, e a equipe que estivesse com menos bolinha era a vencedora, elas se divertiram bastante. Quando finalizada pedimos que as crianças ficassem em círculo para assim iniciarmos a roda de conversas, então neste momento foram feitas as perguntas de forma espontânea e natural. Ao finalizarmos este momento, pedimos que elas realizassem um registro em papel, colocando tudo que elas gostariam que tivesse em sua escola.</p>		
	<p>Gostam de brincar no parquinho, porém quando chove ficam triste por terem que brincar na sala.</p>			
	<p>Gostariam que tivesse filtro de água em sua sala de aula</p>			
	<p>Relataram que suas atividades não eram expostas na sala da escola</p>			

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Município: Macaparana -PE Instituição: Escola Mul .Governador Moura
 Quem realizou a atividade: () professor(a) () gestor(a) (x) toda a equipe da unidade
 Data de realização da atividade: 15/09/2022 Número de crianças envolvidas na atividade: 19
 Idade das crianças: 5 anos

Roteiro de questões da Roda de Conversa - registre aqui as questões que você fará às crianças
 (lembre-se que você poderá ter entre 6 a 10 questões)

- 1-Você acha sua escola bonita?
- 2-O que não acha bonito?
- 3-Vocês podem brincar todo dia no parque?
- 4- As cadeiras e mesas de sua sala têm um tamanho bom para você e seus colegas?
- 5- Vocês mudariam algo nos móveis da sua escola? O que?
- 6- Você e seus colegas têm espaços onde podem correr, brincar no chão e pular?
- 7-Você pode ir ao banheiro sempre que fica com vontade?
- 8- Você pode ir beber água sempre que fica com vontade?
- 9- Os seus desenhos, pinturas e as atividades legais que vocês fazem são colocadas nas paredes das salas e da escola?
- 10- O que você gostaria que tivesse nas paredes da sua sala e da escola?

Modelo de plano de ação

Dimensões	Problemas identificados pelas crianças	Ações propostas pelos adultos e crianças	Adultos responsáveis pelo encaminhamento das ações	Prazo
Espaços, materiais e mobiliário	Não gostam muito do pátio porque não tem jardim nem piscina	Nós realizamos um momento de acolhida com uma dinâmica de descontração onde eles fizeram um círculo , e em seguida cantamos a música dos animais. Daí fomos mostrando imagens (jacaré , girafa , passarinho , tartaruga ,flamengo , etc) sendo conduzidos a fazer movimentos do corpo imitando cada bichinho. onde houve muitas risadas... Após este momento, convidamos as crianças a sentarem numa colcha de retalhos	Gerusa e Janaina	Hora: 08:00 à 10:30

		em círculo para assim iniciarmos a roda de conversas, então neste momento foram feitas as perguntas de forma espontânea e natural. Ao finalizarmos este momento, pedimos que elas realizassem um registro em papel, colocando tudo que elas gostariam que tivesse em sua escola.		
	Gostam de brincar no pátio , mas não tem jardim			
	Gostaria que tivesse uma árvore no pátio e ainda explicou que cava um buraco bem grande , coloca terra e água e em seguida coloca a planta			
	Nossas atividades não são expostas na sala.			

ANEXO II



PROGRAMAÇÃO PARA A 3ª SEMANA DO BEBÊ OUTUBRO DE 2022 – MACAPARANA

A seguir, apresentam-se as ações que serão realizadas nas creches municipais e escolas da cidade e da Zona Rural que atendem crianças da Educação Infantil.

05/10/2022 – 1º Dia – Abertura da Semana do Bebê

Oficina de contação de histórias e musicalidade.

Neste dia, as creches municipais e escolas da cidade e da Zona Rural que ofertam a Educação Infantil deverão vivenciar contação de história e musicalidade com as crianças.

Responsáveis pela ação: Gestor, coordenador pedagógico, professores, monitores e auxiliares.

06/10/2022 – 2º Dia

Oficina de Higiene Bucal

Neste dia, os profissionais da saúde irão promover uma palestra sobre saúde bucal e aplicação de flúor nas creches e escolas da cidade que atendem crianças de 0 a 6 anos.

Na Zona Rural e nos distritos, as equipes dos PSFs serão os responsáveis pela ação nas escolas. Cada gestor escolar deverá contatar os agentes de saúde para acordar o horário de realização da ação. **Obs. os agentes de saúde já têm conhecimento da palestra que irá acontecer.**

Responsáveis pela ação: Secretaria de Saúde

Obs: O gestor escolar deve mobilizar os pais para participarem da palestra na instituição.

07/10/2022 – 3º Dia

**Oficina de brinquedos e brincadeiras
Oficina de desenhos**

As escolas da cidade e da Zona Rural e as creches municipais deverão vivenciar brincadeiras com as crianças de 0 a 6 anos, assim como construir um brinquedo coletivo. Neste dia, acontecerá também uma oficina de produção de desenho a partir do tema: **brincadeiras**.

As produções das crianças deverão ser expostas na escola e caso desejem, podem realizar um concurso de desenho a partir das produções infantis com premiação.

Responsáveis: Gestor, coordenador pedagógico, professores, monitores e auxiliares.

10/10/2022 – 4º Dia

Palestra sobre Alimentação Saudável

Neste dia haverá palestras sobre Alimentação Saudável para as famílias com a nutricionista Érica nas creches municipais. Pela manhã acontecerá na Creche Municipal Vovó Santina e à tarde, será na Creche Municipal Professora Maria das Graças. As demais escolas da cidade e da Zona Rural que ofertam a Educação Infantil deverão vivenciar um piquenique com as crianças e dialogar com elas sobre a alimentação saudável. Caso seja possível, podem convidar algum responsável para ensinar uma receita saudável às crianças.

Responsáveis: Nutricionista, Gestor, coordenador pedagógico e professores.

11/10/2022 – 5º Dia - Encerramento da Semana do Bebê

Caminhada

Realização de caminhada com as crianças de 0 a 6 anos das escolas da cidade e creches municipais acompanhadas dos responsáveis, professores, monitores, auxiliares, coordenadores gestores escolares, comunidade escolar. A concentração será em frente ao Macaparana Club, às 8h, com destino à Academia das Cidades, onde será feita a entrega da chave da cidade ao bebê prefeito.

A Secretaria de Saúde ficará responsável por identificar a criança que nascer durante a Semana do Bebê e contatar a família junto à criança para receber a chave das mãos do gestor público municipal (prefeito).

Na caminhada deverão estar presentes as crianças do NUCA , os integrantes e responsáveis do Programa Criança Feliz.

Responsáveis: Secretaria de Educação, Saúde e Assistência

Macaparana, 27 de setembro de 2022.

**Ação Intersetorial
Secretaria de Assistência Social
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Saúde**

ANEXO III

Questionário da consulta pública: Plano da Primeira Infância Macaparana – PE

1. Qual sua principal motivação para participar da consulta da elaboração do Plano da Primeira Infância?

- a) Sou responsável por crianças com menos de 6 anos
- b) Convivo com crianças com menos de 6 anos
- c) Pretendo ter filhos
- d) Acho importante participar das decisões de políticas públicas

1.1. Você é responsável por quantas crianças com menos de 6 anos?

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5
- f) 6
- g) 7 ou mais

1.2 Com quantas crianças você convive?

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5
- f) 6
- g) 7 ou mais

2. Existe criança de 0 a 3 anos sob sua responsabilidade ou convívio que não frequenta creche?

- a) Sim
- b) Não, frequenta creche gratuita
- c) Não, frequenta creche paga
- d) Não sou responsável ou convivo com criança de 0 a 3 anos

2.1 Quantas crianças de 0 a 3 anos sob sua responsabilidade ou convívio não frequentam creche?

- a) 1
- b) 2
- c) 3

- d) 4
- e) 5
- f) 6
- g) 7 ou mais

2.2. Por que a(as) criança(as) de 0 a 3 anos sob sua responsabilidade ou convívio não frequenta(m) creche?

- a) Não encontrei vaga
- b) Estamos na fila de espera para uma vaga
- c) A criança é muito pequena e prefiro esperar crescer para ir a creche
- d) Não consigo levar a criança até a creche

3. Existe criança de 4 a 5 anos sob sua responsabilidade ou convívio que não frequenta a pré-escola?

- a) Sim
- b) Não, frequenta pré-escola gratuita
- c) Não, frequenta pré-escola paga
- d) Não sou responsável ou convivo com criança de 4 a 5 anos

3.1 Quantas crianças de 4 a 5 anos sob sua responsabilidade ou convívio não frequentam creche?

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5
- f) 6
- g) 7 ou mais

3.2 Por que a(as) criança(as) de 4 a 5 anos sob sua responsabilidade ou convívio não frequenta(m) creche?

- a) Não encontrei vaga
- b) Estamos na fila de espera para uma vaga
- c) A criança é muito pequena e prefiro esperar crescer para ir a pré-escola
- d) Não consigo levar a criança até a pré-escola

4. As crianças de 0 a 6 anos sob sua responsabilidade ou convívio utilizam ou já utilizaram alguns desses equipamentos públicos?

- a) Compaz
- b) Creche
- c) Pré-escola
- d) Posto de saúde
- e) Hospital
- f) Áreas de lazer (parques e praças)

- g) Equipamentos da Assistência Social (CRAS, CREAS, DENTRE OUTROS)
- h) Não tenho crianças sob minha responsabilidade

5. As crianças de 0 a 6 anos sob sua responsabilidade ou convívio utilizam ou já utilizaram alguns desses serviços públicos?

- a) Vacinação
- b) Acompanhamento da saúde da família
- c) Acompanhamento psicológico
- d) Acompanhamento nutricional
- e) Atividade esportiva
- f) Primeira Infância no SUAS (Sistema Único da Assistência Social)
- g) Serviços da Assistência Social (CRAS, CREAS, DENTRE OUTROS)

6. Juntando o dinheiro que recebem todas as pessoas que moram na sua casa, de qual faixa de renda abaixo vocês fazem parte?

- a) Nenhuma renda
- b) Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.045,00)
- c) Entre 1 e 2 salários mínimos (entre R\$ 1.045,00 e R\$ 2.090,00)
- d) Entre 2 e 3 salários mínimos (entre R\$ 2.090,00 e R\$ 3.135,00)
- e) Entre 3 e 4 salários mínimos (entre R\$ 3.135,00 e R\$ 4.180,00)
- f) Entre 4 e 5 salários mínimos (entre R\$ 4.180,00 e R\$ 5.225,00)
- g) Mais que 5 salários mínimos (+ de R\$ 5.225,00)

7. Quantas pessoas dependem da renda familiar informada na pergunta anterior?

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5
- f) 6
- g) 7 ou mais

8. Você é a favor de estimular políticas que promovam o atendimento à população com mais necessidades sociais e econômicas?

- a) Sim
- b) Não

9. Quais dos equipamentos públicos destinados às crianças você considera como prioridade para receber investimentos?

- a) Creche
- b) Pré-escola
- c) Posto de Saúde
- d) Hospital

- e) Maternidade
- f) Área de lazer como parques
- g) Área de lazer como praças
- h) Compaz
- i) Equipamentos da Assistência Social (CRAS, CREAS, dentre outros)

10. Quais dos serviços públicos destinados às crianças vocês considera como prioridade para receber investimentos?

- a) Vacinação
- b) Acompanhamento da saúde da família
- c) Acompanhamento psicológico
- d) Acompanhamento nutricional
- e) Atividade esportiva
- f) Primeira Infância no SUAS (Sistema Único da Assistência Social)
- g) Serviços da Assistência Social (CRAS, CREAS, dentre outros)

11. Para você, quem pode contribuir com ações para a Primeira Infância?

- a) Governo Federal, Estados e municípios
- b) Organizações da Sociedade Civil (OSCs)
- c) Empresas
- d) Organizações de pessoas que moram na cidade (Sociedade Civil)
- e) Movimentos sociais, redes, fóruns e conselhos
- f) Outros

12. Quais ações abaixo você considera importantes serem realizadas pela Prefeitura sobre o tema da Primeira Infância? (Pode marcar mais de uma opção)

- A. Acompanhar mulheres durante a gravidez para realizar consultas de pré-natal
- B. Incentivar o parto natural e humanizado
- C. Acompanhar mulheres após o parto (100 primeiros dias)
- D. Incentivar o aleitamento materno
- E. Visitar as casas de famílias com gestantes e crianças para orientar sobre os cuidados necessários
- F. Acompanhar o desenvolvimento dos bebês e crianças
- G. Criar novas vagas em creches e pré-escolas
- H. Investir em livros e brinquedos para as creches e pré-escolas
- I. Criar espaços de convivência para crianças que não estão nas creches
- J. Ampliar a rede de abastecimento de água e de esgoto
- K. Adequar ruas, calçadas e praças para o lazer das crianças com e sem deficiência
- L. Preparar os profissionais de saúde e educação para lidarem com o desenvolvimento das crianças
- M. Fazer palestras sobre a importância do cuidado e vínculo entre adultos e crianças
- N. Formar adultos que atuam com crianças para brincar e estimular a criatividade
- O. Fazer campanhas de conscientização sobre a importância da infância no desenvolvimento das pessoas

P. Promover diálogos com cuidadores de crianças sobre os danos da violência infantil

14. Pronto! Agora, uma última pergunta sobre você. Qual é a sua cor ou raça/etnia?

- a) Preta
- b) Branca
- c) Amarela
- d) Parda
- e) Indígena

ANEXO IV

Formulário para levantamento dos percentuais de bens e serviços aplicados no município de Macaparana em 2021, cuja política pública está voltada para a Primeira Infância.

FORMULÁRIO - Secretaria de Finanças

POLÍTICAS PÚBLICAS:

- % para estimular políticas que promovam o atendimento à população com mais necessidades sociais e econômicas;

INVESTIMENTOS EM EQUIPAMENTOS PÚBLICOS:

- % - Creche
- % - Pré-escola
- % - Posto de saúde
- % - Hospital

INVESTIMENTOS EM SERVIÇOS:

- % - Acompanhamento da saúde da família
- % - Primeira Infância no SUAS (Sistema Único da Assistência Social)
- % - Acompanhamento psicológico

EDUCAÇÃO

- % - Criar novas vagas em creches e pré-escolas
- % - Investir em livros e brinquedos para as creches e pré-escolas
- % - Formar adultos que atuam com crianças para brincar e estimular a criatividade

SAÚDE

- % - Acompanhar mulheres durante a gravidez para realizar consultas de pré-natal
- % - Acompanhar o desenvolvimento dos bebês e crianças
- % - Acompanhar mulheres após o parto (100 primeiros dias)
- % - Visitar as casas de famílias com gestantes e crianças para orientar sobre os cuidados necessários

- % - Incentivar o aleitamento materno
- % - Incentivar o parto natural e humanizado

ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA

- % - Fazer campanhas de conscientização sobre a importância da infância no desenvolvimento das pessoas
- % - Promover diálogos com cuidadores de crianças sobre os danos da violência infantil
- % - Fazer palestras sobre a importância do cuidado e vínculo entre adultos e crianças

INFRAESTRUTURA

- % - Ampliar a rede de abastecimento de água e de esgoto
- % - Adequar ruas, calçadas e praças para o lazer das crianças com e sem deficiência
- % - Criar espaços de convivência para crianças que não estão nas creches

CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

- % - Preparar os profissionais de saúde e educação para lidarem com o desenvolvimento das crianças

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Rayanne Alves de et al. **Realização e adequação do pré-natal em Assis Brasil, Acre.** Scientia Naturalis, v. 2, n. 1, 2020.

BÍBLIA, A. T. Provérbios. In: BÍBLIA. **Sagrada Bíblia Católica:** Antigo e Novo Testamento. Tradução: José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008. p.803.

BONANI LO, SOUZA GS. **A importância da vacinação infantil para a erradicação do Sarampo.** Brazilian Journal of Health Review 2021; 4(3): 9731-5. <https://doi.org/10.34119/bjhrv4n3-011>

BUARQUE, C. (2013). **Educação Integral de Qualidade para todos os Brasileiros. Federalizar?** Senado da República. Brasília – DF.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

_____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.**
_____. **Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília, 2013.

_____. Ministério da Saúde. **Proteger e Cuidar da Saúde de Adolescentes na Atenção Básica.** Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas 2ª Ed. Brasília – DF. 2017.

_____. Ministério da Saúde. **Manual de normas e procedimentos para vacinação.** Brasília: Ministério da Saúde; 2014.

_____. Ministério da Saúde (Br). **Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal.** Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2009

_____. Ministério da Saúde. Site: sipni.datasus.gov.br. Acessado em 25/11/2022 às 11:50h.

CABRAL, C.S, BRANDÃO, E.R. **Gravidez Na Adolescência, Iniciação Sexual e Gênero: Perspectivas em Disputa.** Cad. Saúde Pública. V 36, ed 8. 2020.

FERNÁNDEZ, A. **O saber em jogo: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento**. Trad. Neusa KernHickel. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FRUGOLI AG, PRADO RS, SILVA TMR, MATOZINHOS FP, TRAPÉ CA, LACHTIM SAF. **Fake news sobre vacinas: uma análise sob o modelo dos 3Cs da Organização Mundial da Saúde**. Rev Esc Enferm USP 2021; 55: e 03736.

<https://beneficiosociais.caixa.gov.br/sibec2/sisgrSibec#/principal> acesso em 10/11/2022, às 14h53min.

<http://beneficiosociais.caixa.gov.br/sibec2/sisgrSibec#/principal> acesso em 07/11/2022, às 07h26min.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. (1996, dezembro 20). Lei nº. 9.394/96.

LINN, Susan. **Em defesa do faz de conta**. Tradução: Débora Guimarães Isidoro. Rio de Janeiro: BestSeller, 2010.

LINS, Daniella Oliveira Albuquerque. **Evolução do acesso ao Pré-natal em Pernambuco: A escolaridade materna como marcador das iniquidades em saúde**. BS thesis. 2022.

MACHADO TO, et al. **Uso de drogas ilícitas na gestação: quais os malefícios à integridade do bebê?** Glob Acad Nurs.v 2 ed 102. 2021.

MEYER, Ivanise. **Brincar e viver: projetos em educação infantil**. Rio de Janeiro: Wak, 2003.

MONTINO, Mariana Cavalcante et al. **Acompanhamento pré-natal como fator determinante para diminuição de grávidas usuárias de drogas e repercussões nos neonatos: uma revisão sistemática**. AMAZÔNIA: SCIENCE & HEALTH, v. 8, n. 1, p. 55-65, 2020.

OLIVEIRA, Gabriela Cunha Corrêa Freitas de et al. **Cobertura vacinal infantil de hepatite A, tríplice viral e varicela: análise de tendência temporal em Minas Gerais, Brasil**. Revista Brasileira de Epidemiologia [online]. 2022, v. 25 [Acessado 25 Novembro 2022], e220010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980->

549720220010.2 <https://doi.org/10.1590/1980-549720220010>>. Epub 06 Maio 2022. ISSN 1980-5497. <https://doi.org/10.1590/1980-549720220010.2>.

Projeto de Lei nº 8.035. (2010). **Plano Nacional de Educação 2015 – 2024**.

Projeto de Lei nº 1049 (2015). **Plano Municipal de Educação 2015 – 2025**.

Robson Classification: Implementation Manual. Geneva: World Health Organization; 2017. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. Cataloguing-in-Publication (CIP) data. CIP data are available at <http://apps.who.int/iris>. Acesso em 10/11/2022, às 09h10min.

ROTHSTEIN, Joyce Ribeiro et al. **Proporção de cesarianas segundo cor da pele e escolaridade materna nas diferentes regiões do Brasil: Tendência Temporal de 2007 a 2016**. *Revista Univap*, v. 25, n. 49, p. 116-129, 2019.

SAMPAIO, A.S. **Prematuridade: fatores de risco, consequências e assistência de enfermagem**. 2019. 31f. Trabalho de Conclusão de curso (graduação em enfermagem)- Faculdade Pitágoras, São Luís, 2019.

SANTANA E, BRAZ CLM, VITAL T, GURGEL H. **Cobertura vacinal da poliomielite na região Nordeste do Brasil no primeiro ano de pandemia por Covid-19**. *Estrabão* 2022; 3: 1-15. <https://doi.org/10.53455/re.v3i.29>

SARMENTO, M. J. **Imaginários e cultura da infância**. 2002. Disponível em: <http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_infancia/Cultura%20na%20Infancia.pdf> Acesso em 3 de nov. de 2022. Acesso em: 8 jan. 2020

SATO APS. **What is the importance of vaccine hesitancy in the drop of vaccination coverage in Brazil?** *Rev Saude Publica* 2018; 52: 96. <https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2018052001199>.

SCHWEINHART, L. J. et AL (2005). **The High/Scope Perry Preschool Study Through Age 40: Summary, Conclusions, and Frequently Asked Questions**. Ipsilanti, MI. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/232438620_The_HighScope_Perry_Preschool_Program.pdf. Capturado em 26/10/2022, às 10h58min.

SILVA, Leonardo Sales Ribeiro et al. **Perfil Epidemiológico-Obstétrico e Sociodemográfico de Gestantes Atendidas Em Um Centro De Saúde Da Família**. Revista Saúde e Desenvolvimento, v. 13, n. 14, p. 100-111, 2019.

TARDIF, M. (2010). **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 11ª edição.

Victora CG, Aquino EML, Leal MC, Monteiro CA, Barros FC, Szwarcwald CL. **Maternal and child health in Brazil: progress and challenges**. Lancet. 2011; 377:1863-76.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **World Health Statistics** 2008. Geneva, 2008.